

**O PARADIGMA DAS COLECÇÕES
ARQUIVÍSTICA. O CASO DA COLECÇÃO
ALMARJÃO**

Eliana Sofia dos Santos de Castro

**Dissertação
de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação,
variante Arquivística**

FEVEREIRO, 2009



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e da Documentação, variante Arquivística, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH) e da Dra. Paula Ucha (DGARQ)

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada (o) pelo júri a designar.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

O(A)s orientador(a)s,

Lisboa, de de

“a memória é elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou colectiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades”¹

¹ Jacques Le Goff citado por CARDOSO, Maria Cecília em CARDOSO, Maria Cecília - A Memória e a Pesquisa Nos Arquivos Pessoais do IEB-USP.[Em linha] Seminário Internacional Memória e Cultura: a importância da memória na formação cultural humana, 19 a 21 de Setembro de 2006, SESC Vila Mariana.

Agradeço aos técnicos do Arquivo Histórico Municipal de Cascais pela disponibilidade e atenção com que sempre me receberam.

RESUMO

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO,
VARIANTE ARQUIVÍSTICA**

O PARADIGMA DAS COLECÇÕES ARQUIVÍSTICAS. O CASO DA COLECÇÃO ALMARJÃO

ELIANA SOFIA DOS SANTOS DE CASTRO

PALAVRAS-CHAVE: Arquivística, Colecção

KEYWORDS: Archival, Collection

RESUMO: Este trabalho visa a análise do paradigma de colecção arquivística, tendo como base uma abordagem teórica, complementada pelo estudo de um caso concreto.

A abordagem teórica baseia-se na interpretação do conceito de colecção, conforme este é expresso nas normas arquivísticas e por vários autores nacionais e internacionais, bem como, na análise que essas interpretações têm no tratamento das colecções.

O estudo de um caso concreto pretende abordar através de uma perspectiva prática o tratamento de uma colecção privada que foi adquirida por um arquivo público, contribuindo desta forma para realçar as questões teóricas apresentadas.

ABSTRACT: This paper aims to analyse the paradigm of the archival collection, based on a theoretical approach complemented by a case study.

The theoretical approach is underpinned by the interpretation of the concept of collection, as it is defined by the archival standards and by several national and international authors. Furthermore, it is taken into consideration the analysis of those interpretations in the treatment of the collections.

The presented case study intends to tackle from a practical perspective the treatment of a private collection which was acquired by a public archive, therefore highlighting the theoretical issues put forth.

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I – O paradigma das colecções arquivísticas.....	2
I.1. Análise ao (s) paradigma (s) de “ <i>colecção arquivística</i> ”.....	2
I.2. Problemática do tratamento arquivístico aplicado às colecções.....	9
Capítulo II – O caso da Colecção Almarjão	18
II.1. O Coleccionador.....	18
II.2. A Colecção Almarjão.....	19
II.2.1. Contexto jurídico-administrativo da Colecção Almarjão	19
II.2.2. Âmbito e tipologias documentais	23
Capítulo III – Proposta de tratamento arquivístico da Colecção Almarjão	24
III.1. Tratamento intelectual do espólio.....	24
III.1.1. Algumas notas sobre o estado da colecção antes do nosso trabalho.....	25
III.1.2. Como organizar?.....	27
III.1.3. A classificação	29
III.1.4. Sobre a elaboração do Quadro de Classificação	30
III.1.5. Notas sobre a descrição e inventariação da Colecção	32
Conclusão.....	35
Bibliografia.....	38
Apêndices.....	i
Apêndice A.....	ii
Quadro de Classificação.....	ii
Apêndice B.....	iv
Registo de Entidade.....	iv
Apêndice C.....	v
Inventário da Colecção Almarjão	v

Introdução

O trabalho aqui apresentando procura compreender o que se entende por “*colecção arquivística*”, no contexto de uma mudança de paradigma na área das Ciências da Documentação e qual o tratamento a dar a esse tipo de unidades documentais.

O nosso objectivo é baseado em duas perspectivas, uma de carácter mais teórico e outra de carácter prático.

Ao nível da perspectiva teórica procuramos fazer uma análise do conceito “*colecção*” tal como este é exposto em várias normas nacionais e internacionais, bem como por vários autores. Esta análise teórica do conceito é seguida de uma reflexão sobre o tratamento das colecções que se encontram em arquivos.

No que diz respeito à dimensão prática do trabalho desenvolvido procuramos analisar as questões relacionadas com a problemática das colecções numa abordagem prática, mediante o trabalho que desenvolvemos sobre uma colecção que se encontra inserida num Arquivo.

A metodologia de trabalho que seguimos poderá ser dividida em quatro fases.

Numa primeira fase procedemos ao levantamento da bibliografia existente que possuía relevância e pertinência para o trabalho a desenvolver, no âmbito da teorização sobre a temática das colecções arquivísticas, bem como, no contexto de trabalhos práticos desenvolvidos por vários autores sobre este tema. Após a pesquisa bibliográfica seguimos para uma fase de análise e interpretação crítica da bibliografia científica relacionada com a temática das colecções arquivísticas em geral e com a Colecção Almarjão em particular.

A terceira fase do nosso trabalho incidiu sobre o estudo prático de uma colecção, a Colecção Almarjão, a qual se encontra à guarda do Arquivo Histórico Municipal de Cascais. Ao estudar a Colecção Almarjão tivemos como objectivo testar de uma forma pragmática, as questões levantadas pelo paradigma dominante de “*colecção arquivística*” através da compreensão da forma de criação da colecção, sendo para tal necessário analisar o seu colecionador, o contexto jurídico-administrativo referente à colecção, bem como o seu âmbito e as suas tipologias documentais. Numa última fase do trabalho propomos o tratamento da Colecção Almarjão, ao nível do tratamento intelectual dos materiais, reflectindo sobre a elaboração de um Quadro de Classificação, a descrição e inventariação.

O presente trabalho sobre a Colecção Almarjão conduziu à definição de um Quadro de Classificação e à produção de um Inventário.

Capítulo I – O paradigma das colecções arquivísticas

I.1. Análise ao (s) paradigma (s) de “colecção arquivística”

Não obstante quase todos os arquivos possuírem exemplos do que comumente se designam por “*colecções arquivísticas*” estas têm sido, a nosso ver, relegadas para segundo plano. Não nos compete aqui analisar o porquê dessa acção ou melhor dessa inacção mas não podemos deixar de chamar a atenção para esta evidência.

A complexidade que, regra geral, envolve as “*colecções arquivísticas*”, não é com certeza alheia à forma como estas são geralmente constituídas, albergando uma miscelânea de documentação e em alguns casos, também objectos que colocam em causa muitos dos princípios e regras estabelecidos para o tratamento arquivístico.

No decurso da nossa análise é necessário antes de mais procurar compreender o que se entende por “*colecção*” na área dos arquivos, para tal analisemos o que dizem a este respeito as Normas arquivísticas nacionais e internacionais.

A definição estabelecida no Dicionário de Terminologia Arquivística (1993) apresenta duas acepções para o termo “*colecção*”, a saber:

“1 Conjunto de documentos de arquivo reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum, nomeadamente o modo de aquisição, o assunto, o suporte, a tipologia documental ou o coleccionador. Nesta acepção, opõe-se a fundo ou núcleo.

2 Unidade arquivística constituída por um conjunto de documentos do mesmo arquivo 1, organizada para efeitos de referência (por exemplo, os copiadores de correspondência expedida), para servir de modelo à produção de documentos com a mesma finalidade, ou de acordo com critérios de arquivagem (ex. colecções de documentos de despesa). Nesta acepção, opõe-se a processo 2.”²

A primeira acepção apresentada para o termo “*colecção*” enfatiza que esta é uma criação artificial estabelecida com base numa característica indeterminada, ao contrário de um “*fundo*” ou “*núcleo*” apresentado como “*conjunto orgânico de documentos (...)*”³.

No caso da segunda acepção procura-se distinguir “*colecção*” de “*processo*” na medida em que este último é tido como uma acção com tramitação própria que de uma forma geral se encontra regulamentada⁴.

² PORTUGAL. INSTITUTO DA BIBLIOTECA NACIONAL E DO LIVRO - DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, Lisboa: Inst. da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993, p. 22.

³ *Cfr., op.cit. supra*, p. 52.

De onde concluímos que, segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, uma “coleção” é uma criação artificial, estabelecida com bases indeterminadas, sem organicidade e tramitação própria e ainda sem regulamentação.

Seguindo a mesma lógica, o Manual para a Gestão de Documentos⁵, editado pelo IAN/TT em 1998, apresenta uma versão muito semelhante à segunda acepção do termo “coleção” conforme exposto no Dicionário de Terminologia Arquivística *supra* citado.

A definição apresentada no Manual, salienta “coleção” como uma unidade arquivística que reúne documentos de um mesmo arquivo, constituída com o objectivo de servir de referência ou modelo à criação de documentos similares, ou ainda de acordo com critérios de arquivagem.

A versão portuguesa da Norma ISAD(G), por sua vez, mantém a primeira interpretação do termo “coleção” conforme havia sido apresentada mais de dez anos antes no Dicionário de Terminologia Arquivística. “Coleção” surge assim, mais uma vez, como “Conjunto de documentos reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum, independentemente da sua proveniência. Não confundir com fundo.”⁶

A Norma Portuguesa NP 4041⁷ editada um ano após a ISAD(G) recicla as duas interpretações para o termo “coleção”, apresentadas em 1993 no Dicionário de Terminologia Arquivística, inovando um pouco ao fazer corresponder uma das interpretações o termo “coleções factícias” e a outra interpretação o termo “coleção”.

As “coleções factícias”, segundo a definição apresentada, opõem-se a “arquivo”, mais uma vez, na medida em que se baseiam na reunião artificial em função de uma característica comum, de entre várias possíveis.⁸

⁴ *Cfr., op.cit.*, Nota 1, p. 78.

⁵ PORTUGAL. Instituto de arquivos Nacionais/torre do Tombo – MANUAL PARA A GESTÃO DE DOCUMENTOS. Lisboa: IAN/TT, 1998, p. A-2.

⁶ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição. Estocolmo: Suécia, 19-22 Setembro de 1999. [Em linha]. Conselho Internacional de Arquivos; Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2ªed. Lisboa: IAN/TT, 2004, p. 13.

⁷ PORTUGAL. INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE – NORMA PORTUGUESA NP 4041: Informação e documentação: Terminologia arquivística: Conceitos básicos, Caparica: IPQ, 2005.

⁸ *Cfr., op.cit.*, “Conjunto de documentos de arquivo reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum, nomeadamente o modo de aquisição, o assunto, o suporte, a tipologia documental ou qualquer outro critério dos colecionadores. Opõe-se a arquivo.”, p. 4.

O termo “coleção” apresentado opõe-se, por sua vez a “processo”, já que, segundo a definição esta é organizada para servir de referência, modelo ou como forma de arquivagem.⁹

Dois reconhecidos arquivistas canadianos expõem a mesma linha de interpretação do que é uma “coleção” ao definir esta, numa das suas obras, como “*Conjunto de documentos ou de dossiers reagrupados em função do acaso, de uma escolha temática ou outra. A coleção constitui a antítese do fundo.*”¹⁰

No nosso estudo deparamo-nos ainda com um outro termo que parece, pelo menos em algumas circunstâncias, ser utilizado como sinónimo de “coleção”, o designado “espólio”.

Segundo a Norma NP 4041, “espólio” designa o “*conjunto de documentos de diversa natureza (de arquivo, bibliográficos, museológicos, papéis pessoais) que pertenceram a uma pessoa singular ou colectiva.*”¹¹

Num trabalho sobre organização e descrição de espólios, verificamos que o termo “espólio” parece surgir como sinónimo para “coleção”. Nesse artigo “espólio” é definido como “*o conjunto de documentos colecionados por determinada pessoa ao longo da sua vida, referentes a determinados assuntos e organizados de acordo com esses mesmos assuntos, ou tipologias, ou datas, etc. e sendo constituídos por qualquer tipo de documento, independentemente do seu suporte físico, da sua data ou da sua proveniência.*”¹² Ainda no mesmo trabalho, a autora chama a atenção para a importância do conhecimento do colecionador e para a compreensão da natureza das colecções¹³. Tudo isto nós faz reforçar a ideia de que o termo “espólio”, pelo menos neste trabalho, é utilizado como sinónimo de “coleção”.

À luz do que estudamos, dos autores portugueses e estrangeiros, que mais artigos têm publicado sobre estas questões, e face ao confronto directo que temos tido com os

⁹ Cfr., *op.cit.*, NP 4041 “Unidade arquivística constituída por um conjunto de documentos do mesmo arquivo, organizada para efeitos de referência (ex.: os copiadore de correspondência expedida), para servir de modelo à produção de documentos com a mesma finalidade (ex.: colecções de formulários), ou de acordo com critérios de arquivagem (ex.: colecções de documentos de despesa). Opõe-se a processo.”, p. 5.

¹⁰ ROUSSEAU, Jean-Yves e COUTURE, Carol – Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações D.Quixote, 1998, p. 286.

¹¹ Cfr., *op.cit.*, NP 4041, p. 4.

¹² BORGES, Leonor Calvão - Fontes de história local: os espólios e arquivos pessoais nos arquivos municipais; In ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 3, Guimarães e Viana do Castelo, 1993, p. 90.

¹³ BORGES, Leonor Calvão, *op. cit.*, p.92.

materiais de arquivo, os significados para “coleção” apresentados pelas normas, quer nacionais, quer internacionais, editadas em Portugal não nos bastam.

Os sentidos atribuídos ao termo “coleção” nas publicações de carácter normativo que referimos, ao colocarem a tónica, na definição do que é uma “coleção”, por oposição ao que é um “fundo” demonstram, na nossa perspectiva, um desconhecimento face ao valor desses conjuntos documentais, bem como, uma certa falta de reflexão para os problemas colocados no tratamento das ditas “coleções”. Apresentando uma visão maniquista dos arquivos, quase como se estes se dividissem entre o que é um “fundo” e o que é uma “coleção”.

Um visão diferente do tradicionalmente estabelecido é apresentada, em Portugal, por Malheiro da Silva numa das suas obras mais recentes¹⁴. Segundo este autor o termo “coleção” possui no mínimo “três sentidos ou acepções”, a saber:

“Um conjunto de obras de arte (pintura e/ou escultura) (...); Um conjunto de livros, grande ou pequeno, mas de preferência raros e/ou consagrados a temas específicos; e Uma sequência de publicações distintas, ligadas entre si por um título comum, um responsável e uma Casa Editora que a promove e gere.”

No entanto, para nós, o mais interessante na definição do termo dada por este autor é o reconhecimento de que : *“Há arquivistas que, embora com compreensível relutância, usam o conceito, opondo-o radicalmente ao de Fundo para referirem «documentos híbridos» (fotografias, desenhos, mapas, postais-ilustrados, etc.). Insistem muito na ideia de que a coleção corresponde a um (re)agrupamento voluntário de documentos, a um acto intencional (e criativo), enquanto um grupo de ofícios ou cartas produzidas / recebidas por alguém ou alguma entidade é «automático», «natural» e não depende da vontade livre de um sujeito. Separar Coleção de Fundo pelo grau de intencionalidade é, no mínimo, um exercício ingénuo e improdutivo. Separar entre actos conscientes e inconscientes sempre poderia ter maior interesse filosófico, antropológico e psicológico, mas ainda assim é arriscado. O conceito de Sistema de Informação¹⁵ (organizado) substitui Coleção, com vantagens e alguns cuidados, no corpus teórico da Ciência da Informação.”¹⁶*

Com esta argumentação Malheiro da Silva salienta dois aspectos que nos parecem essenciais para uma nova visão do termo “coleção”, designadamente ao assumir que existe “relutância” na utilização de “coleção” como oposto a “fundo” e ao afirmar que a oposição

¹⁴ SILVA, Armando Malheiro da - A Informação: Da Compreensão do Fenómeno à Construção do Objecto. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

¹⁵ SILVA, Armando Malheiro da, *op. cit.*, p. 162.

¹⁶ SILVA, Armando Malheiro da, *op. cit.*, p. 142.

entre “coleção” e “fundo” baseada no critério do “(...) grau de intencionalidade é, no mínimo, um exercício ingénuo e improdutivo.”

Num artigo de 2004, sobre Arquivos Familiares e Pessoais, Malheiro da Silva afirmava ainda que “(...)distinguir coleção de fundo é um artificialismo linguístico pueril que entra, facilmente, em contradição com a definição dada de fundo (enquanto conjunto orgânico de documentos produzidos ou recebidos por uma qualquer entidade no decurso de sua actividade), pois alguém se atreve a contestar, à luz dessa definição, que os livros adquiridos e lidos por um escritor profissional formem parte integrante de seu fundo?! E, indo por aqui afora, não custa verificar que se usa o termo coleção, na prática, como sinónimo de fundo e até o lixo é fruto de nossa actividade natural...”¹⁷

Relativamente à organicidade tida como um dos critérios basilares de distinção entre arquivo e coleção o mesmo autor salienta que: “(...) há sempre uma estrutura orgânica associada a um S. I.¹⁸ Mais: é impossível, postulamos nós, existir informação sem organicidade, o que não significa que tenha de haver sempre uma estrutura burocratizada (...)”¹⁹ Portanto em teoria, se não mesmo na prática, aquilo que normalmente é designado como uma coleção tem uma orgânica própria que lhe poderá advir de vários factores, por exemplo do facto de ser uma reunião de materiais feita por uma pessoa, com um objectivo concreto.

Neste sentido, o centro da acção do arquivista deverá ser a informação contida num Sistema de Informação, de forma a poderemos ultrapassar os limites impostos por termos como “arquivo” e “coleção”. Nas palavras de Malheiro da Silva: “A informação é um fenómeno materializável, em diferentes tipos de registo e de suporte material, sendo, por isso, inevitável encontrar uma tipologia documental diversificadíssima (manuscritos e impressos em papel desde livros a folhas volantes, números avulsos/recortes de jornais, mapas/cartas geográficas e geológicas, desenhos, gravuras, fotografias, postais, cassetes áudio e cassetes vídeo, filmes, etc.) que faz parte de um único e polifacetado sistema.”²⁰

Menezes, num trabalho sobre memória, cultura material e documentos pessoais, chama a atenção para o facto de que “(...) documento é um suporte de informação.” Sendo que, na perspectiva deste autor “(...) qualquer objeto pode funcionar como documento (...)”²¹ Para além de que “O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre (...)”, mas sim “(...) a questão do conhecimento que cria o sistema documental.” Concluindo que

¹⁷ SILVA, Armando Malheiro da - Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. In Revista da Faculdade de Letras. CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO, Porto, 2004, I Série vol. III, 55-84., p.65

¹⁸ S.I. é Sistema de Informação, ver nota 13.

¹⁹ SILVA, Armando Malheiro da, *op. cit.*, p.69

²⁰ SILVA, Armando Malheiro da, *op. cit.*, p.74

²¹ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de – Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. [Em linha] [Rio de Janeiro]: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), N.º21 (1998/1), p.8

“Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica”.²² Este autor realça ainda, um aspecto que nos parece interessante: “Com efeito, o artefato neutro, asséptico, é ilusão, pelas múltiplas malhas de mediações internas e externas que o envolvem (...)”²³ Ideia que contraria, a nosso ver, a imagem comumente difundida de que existem construções intelectuais, como por exemplo, arquivos ou unidades arquivísticas que são neutras, imunes ao mundo onde foram criadas e que pretendem representar.

O que podemos constatar é uma mudança latente de paradigma, sendo que os critérios da intencionalidade, aplicado tradicionalmente à “coleção” e por oposição, da naturalidade na criação, organização e tratamento dos arquivos são colocados em causa. Compreender o que esta mudança de paradigma implica para o tratamento arquivístico que é dado a uma “coleção” é, a nosso ver, dar um salto qualitativo para um melhor entendimento do que é e para que serve um arquivo, bem como dos limites entre este e outras formas de organização da informação e da memória, caso, por exemplo, do Sistema de Informação proposto por Malheiro da Silva.

Da análise que efectuamos, parecem existir actualmente dois paradigmas distintos sobre o que é uma “coleção arquivística”. De um lado temos, as normas internacionais e nacionais que apontam para uma divisão entre o que é uma “coleção” e o que é um “fundo”, as quais se baseiam em critérios como a intencionalidade que parece subjacente à criação de uma “coleção”, por oposição à naturalidade que existirá na criação de um “fundo”, sendo a primeira justificada por uma aparente escolha, baseada em critérios pessoais e a segunda um desenvolvimento natural baseado em critérios impessoais. De outra parte, alguns autores proeminentes chamam a atenção para o foco de que a questão da intencionalidade e da naturalidade como critérios de distinção entre “coleção” e “fundo” são vazios de sentido, uma vez que tudo o que diga respeito ao Homem e à sua Memória é uma construção com uma grande dose de premeditação e também de parcialidade.

No nosso entender, um arquivo, que contemple documentação de carácter histórico é sempre memória e esta é sempre gerada intencionalmente, de forma propositada. Recordamos e permitimos recordar o que queremos, o que não interessa procuramos apagar da memória, dos arquivos. Não contestamos todavia o facto de que num arquivo público o que guardamos e o que destruimos seja estabelecido de uma forma o mais imparcial e idonéa possível mas mesmo aí a intencionalidade existe. Mais ainda, a

²² MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de, *op. cit.*, p.9

²³ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de, *op. cit.*, p.11

intencionalidade está estabelecida por escrito, foi premeditada e como tal não é natural, no sentido romântico em que a suposta naturalidade da criação de um arquivo parece focada. Esta nossa ideia é apoiada também por Menezes, o qual, citando Henry Rousso, salienta que “(...) também para os documentos arquivísticos, em geral, de caráter institucional, a necessidade de levar em conta o indivíduo singular: “Escrito, oral ou filmado, o arquivo é sempre o produto de uma linguagem própria, que emana de indivíduos singulares ainda que possa exprimir o ponto de vista de um coletivo (administração, empresa, partido político etc.).”²⁴

Acrescentemos ainda que como memória gerada intencionalmente um arquivo ou uma coleção não pode negar que é uma memória do fragmentado²⁵ e tendo isto como base as diferenças apresentadas entre “coleção” e “arquivo”, “fundo” tendem a perder força.

Esta mudança de paradigma baseia-se antes de mais, é preciso dizê-lo, na perspectiva de vários autores a qual partilhamos e nas questões colocadas pelo confronto com as “coleções” que se encontram à guarda de muitos arquivos. Da necessidade de tratar e não ignorar o valor potencial das “coleções”, das compreender ao máximo e de explorar toda a sua importância como instrumento de informação e conhecimento.

A descoberta das “coleções” pelos estudiosos e pelos próprios arquivistas, a ideia do que queremos que seja ou não um arquivo, isto é, da construção de toda uma teorização sobre os arquivos, aliada a uma posição de abertura face a questões antes não colocadas, parecem estar desta forma a contribuir para uma transformação da arquivística, na qual se desenvolvem novas fontes, as quais permitem renovar e apurar metodologias. A heterodoxia afirma-se. Surge um novo paradigma que contempla a pluralidade, procura incluir em vez de excluir.

De tudo isto podemos salientar a afirmação de um novo paradigma relativo às “coleções” em que estas têm um lugar enquanto fonte de informação e memória.

²⁴ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de, *op. cit.*, p.9

²⁵ RIBEIRO, Renato Janine – Memórias de si, ou... . [Em linha] [Rio de Janeiro]: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), N.º21 (1998/1), p. 2. A afirmação de uma coleção como memória do fragmentado parece-nos ser passível de transpor para um arquivo.

I.2. Problemática do tratamento arquivístico aplicado às colecções

A interpretação que temos de “*colecção*” condiciona, na nossa perspectiva, a abordagem que adoptamos no tratamento destes materiais.

Após termos reflectido sobre o étimo “*colecção*” pasaremos agora a analisar as questões colocadas no tratamento de uma “*colecção*” que se encontra à guarda de um arquivo.

O tratamento arquivístico²⁶, isto é, o conjunto de procedimentos técnicos que permitem a identificação, organização e descrição dos documentos de arquivo e que vão influenciar a forma como estes serão transmitidos aos utilizadores. Ao aplicarmos determinado tratamento estamos a potenciar a comunicação e a difusão da informação contida nesses documentos.

A comunicação em Arquivo pode fazer-se através de várias formas, usualmente mediante a elaboração de um Instrumento de Descrição Documental (IDD).

O IDD²⁷ como elemento basilar do tratamento arquivístico, e como produto deste, servirá como forma de controlo, descrição e de comunicação, das unidades arquivísticas.

Existem vários tipos de IDD, para o caso presente salientemos dois, o inventário e o catálogo.

O inventário²⁸ pretende descrever um arquivo, expondo aspectos como o seu contexto de produção, o quadro ou o plano de classificação que lhe está associado, segundo o qual o arquivo foi organizado, os seus conjuntos documentais, bem como a relação com as respectivas unidades de instalação. Aspecto de relevância é o facto de que num inventário a descrição documental não vai além da série e das suas subdivisões, como sejam as sub-séries.

O catálogo²⁹ por sua vez identifica e descreve unidades arquivísticas até ao nível do documento simples, indo portanto ao pormenor a que não desce a descrição num inventário.

No tratamento específico de uma colecção temos de ter em atenção aspectos como, qual o objectivo que presidiu à criação da colecção, que tipos de documentos que a constituem, qual a sua origem, entre outros. Estes elementos são essenciais para definir o tratamento a dar à colecção, na medida em que permitem esclarecer a colecção em si, isto é,

²⁶ *Cfr., op.cit.*, NP 4041, p. 17.

²⁷ *Cfr., op.cit.*, NP 4041, p. 18.

²⁸ *Cfr., op.cit.*, NP 4041, p. 18.

²⁹ *Cfr., op.cit.*, NP 4041, p. 17.

o que a originou, como foi sendo desenvolvida e qual a relação entre os documentos que a constituem.

Na perspectiva arquivística tradicional existem colecções com diversas origens, estabelecidas com diferentes propósitos, sendo dois dos mais usuais, a reunião de documentos com a mesma tipologia documental organizados para efeitos de referência, exemplo disto, são os copiadores de correspondência; ou para servirem de modelo à produção de documentos semelhantes, como o caso dos documentos de carácter financeiro.³⁰

No entanto, para além destes casos que nos são apresentados como exemplo do que é uma colecção, existem outros tipos de colecções que são remetidas para segundo plano, na nossa perspectiva, tal acontece porque se tratam de conjuntos documentais que fogem às regras arquivísticas estabelecidas. Exemplo disto são às colecções que se podem encontrar em quase todos os arquivos e que englobam documentos de arquivo conforme estabelecido nas normas nacionais e internacionais³¹ e documentos que estão para além da definição apresentada nas normas, caso por exemplo, de fotografias, livros, recortes de imprensa, desenhos e até objectos.

No caso de colecções que possuem documentos e objectos poderemos questionar-nos sobre a validade de atribuir a estes conjuntos documentais tratamento arquivístico, uma vez que são constituídos por elementos que tradicionalmente e de acordo com as normas extravasam a noção que temos de documento de arquivo. Esta questão é colocada por exemplo, a respeito dos arquivos pessoais, por Ribeiro, quando expõe a actividade de coleccionar objectos e se interroga: *“Em que medida estes (objectos) constituem, também, arquivos pessoais?(...) A distinção entre o texto e o objeto material, entre a intencionalidade maior e menor (...)”*³²

O mesmo autor levanta ainda uma outra questão que julgamos pertinente para o trabalho que desenvolvemos, a questão do *“coleccionar o quotidiano”*, isto é, coleccionar elementos que fazem parte do nosso quotidiano de uma forma tão frequente, que são tidos como triviais. *“O distintivo nesse coleccionar o cotidiano, o produzido aos milhões (...). Parte, dessa pulsão de entesourar, do multiplicado, do não único, do não sigiloso. E no entanto ela se justifica porque, primeiro, essa multidão de objetos iguais se destrói, à medida que o coleccionado é justamente o efêmero e dele resta pouquíssimo. (...) Segundo, porque, apesar de lidar com o não sigiloso, com o mais público ou num certo sentido o mais banal, ela também lida com aquilo que mal percebemos conscientemente e que numa*

³⁰ Cfr., *op.cit.*, Dicionário de Terminologia Arquivística, p. 22.

³¹ Cfr., *op.cit.*, NP 4041, p. 5. “Documento produzido a fim de provar e/ou informar um procedimento administrativo ou judicial. (...)”

³² RIBEIRO, Renato Janine, *op.cit.*, p.7.

sociedade em rapidíssima mudança é desfeito à mesma velocidade em que se fez: daí que essa banalidade em pouco tempo se converta em raridade, primeiro, por uma escassez produzida (...), segundo, por ter escapado a nossa memória consciente devido a uma característica mesma de nossa memória, o esquecimento, e de nosso tempo, a modificação incessante (...). Este, pois, o caráter por assim dizer democrático deste colecionismo, que está ao alcance de todos, bastando que nos demos ao trabalho de guardar o que não se guarda, de conservar o que se desfaz... Daí, finalmente, o fascínio elementar de entesourar, mesmo quando a coleção assim gerada demora uma vida para, à medida que seu entorno original some, adquirir um caráter precioso, tornar-se, assim mais tarde, digna de ser memorizada. Porque, afinal, do que andamos tratando é da dignidade de ser, algo, recordado.”³³

Como tratar portanto uma coleção onde para além de existirem documentos de arquivo existem ainda objectos e inclusivamente objectos que nos parecem banais, mesmo vulgares no nosso quotidiano?

Esta é uma questão para nós central, uma vez que tivemos de a ultrapassar no tratamento da coleção que efectuamos e que vai ser tratada na segunda parte deste trabalho.

As colecções apresentam portanto “(...) conjuntos documentais altamente complexos e heterogéneos, uma vez que contemplam não só documentos de várias proveniências, como igualmente documentos produzidos e conservados pelas mais diversas situações (...)”³⁴ e ainda, diremos nós, objectos, que podem ser classificados no contexto de outras áreas, por exemplo, da biblioteconomia e da museologia.

Tudo o que até agora foi exposto aponta para a materialização, em colecções, de fontes que requerem novos procedimentos arquivísticos, o que podemos relacionar com o “(...) debate sobre se há espessura epistemológica para uma C. I.³⁵ agregadora e superadora do legado teórico-prático das disciplinas relacionadas com a organização, a ordenação, o armazenamento e a recuperação dos documentos ou se, como defendem alguns autores, a C. I. deve centrar-se apenas na documentação/informação científica e técnica ou na informação processada, armazenada e recuperada informaticamente; e, por outro, a ideia de uma ciência interdisciplinar ou de uma interdisciplina (...)”³⁶

Independentemente de questões teóricas, como tratar os diferentes materiais que, muitas vezes, englobam uma coleção? Deveremos separar estes materiais por tipologias?

³³ RIBEIRO, Renato Janine, *op.cit.*, p. 8 e 9.

³⁴ PEIXOTO, Pedro Abreu - Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos arquivos de família, Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 1991, p. 39, citação relativa aos Arquivos de Família.

³⁵ C. I. Igual a Ciência da Informação.

³⁶ SILVA, Armando Malheiro da, *op. cit.*, p.57.

Uma afirmação que nos parece pertinente face às questões que enunciamos mas que surge no contexto dos Arquivos de Família é que muitas vezes “(...) o carácter heterogéneo da documentação não permite estabelecer de antemão uma classificação. Será pois a natureza da documentação conservada e o seu volume que determinarão a sua classificação.”³⁷ Neste sentido não nos parece errado, por exemplo, que se aplique tratamento arquivístico a colecções que possuam documentos e objectos, uma vez que tudo é informação, e que “(...) a acção humana e social gera e contextualiza a informação (...)”³⁸ e ainda que “(...) a informação tende a ser transversal a muitos ou a vários planos da actividade humana e social, verificando-se, conseqüentemente, uma interacção e uma integração exigidas pela acção humana e organizacional com os seus vínculos e traços próprios. A questão do sentido está intimamente ligada à preponderância do contexto e dos objectivos da acção no fluxo informacional (...)”³⁹

Não obstante as questões com que se deparam todos aqueles que são encarregues de dar tratamento arquivístico a colecções, segundo Malheiro da Silva, este surge muitas vezes condicionado por “(...) muitos arquivistas, marcados por uma forte vinculação restritiva da noção de arquivo à actividade administrativa, judicial e contabilística, têm dificuldade de considerar como fundo e muito menos como um sistema de informação, refugiando-se em termos difusos e equívocos – “colecção” e “espólio” são muito usados por força do hábito e de pouco sentido crítico.”⁴⁰ Em notas o autor afirma ainda que: “(...) a distinção artificial entre fundo e colecção é um artifício sem lógica, nem base credível e isto é tão elementar que não carece de demorada refutação.”⁴¹

Como alternativa à organização de arquivos e colecções o autor defende o desenvolvimento de Sistemas de Informação, colocando a tónica na informação e não no documento. Desta forma, o tratamento a dar a um Sistema de Informação pode compreender dispositivos normativos diferentes sem contrariar a ideia de que todo o conjunto a tratar é uma e a mesma coisa. Por exemplo: “O preenchimento rigoroso das FRD’s não abrange a informação bibliográfica que pode e deve ser catalogada através das ferramentas em uso, nomeadamente a PORBASE em formato Unimarc e de acordo com as normas internacionais (ISBD). Mas o facto de se empregar, no plano da descrição, dispositivos normativos diferentes, não contraria a seguinte ideia basilar: os livros, opúsculos, folhetos, folhas volantes, prospectos e cartazes não formam, à luz da teoria sistémica e no âmbito do modelo sistémico e interactivo, uma colecção à parte, primeiro, porque a noção de colecção sai definitivamente do vocabulário técnico da C. I. por ser, em rigor, sinónimo de fundo ou

³⁷ GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita; PEIXOTO, Pedro Abreu - Arquivos de família: organização e descrição. Vila Real: UTAD, 1996, p. 31.

³⁸ SILVA, Armando Malheiro da, *op. cit.*, p.58

³⁹ SILVA, Armando Malheiro da, *op. cit.*, p. 58.

⁴⁰ SILVA, Armando Malheiro da, *op. cit.*, p. 60 e 61.

⁴¹ SILVA, Armando Malheiro da, *op. cit.*, p. 60 e 61.

*acervo orgânico como já atrás referimos, e, segundo, porque um sistema de informação abarca este fenómeno, nas suas diversas manifestações temáticas, de registo tecnológico e de suporte material, não fazendo sentido nenhum separar ou agrupar, em unidades “sistémicas” distintas, a correspondência e outras séries documentais (...)*⁴²

Ainda nas palavras de Malheiro da Silva: *“É, pois, óbvia a unificação teórica e sistémica de toda a informação, mas, na prática descritiva, como podemos sinalizar a presença e tornar acessível (...)?” Como salientar os diferentes materiais que compõem uma colecção, por exemplo, os livros? “Como colecção à parte? (...) Ou como parte integrante (...)? Obviamente como parte integrante, mas como?”*⁴³

A interrogação sobre qual o tratamento a dar a uma “colecção” surge também num artigo sobre a organização e descrição de espólios que referimos no primeiro capítulo deste trabalho, no qual “espólio” surge como sinónimo de “colecção”. Nesse artigo Borges reflecte: *“Quanto à questão de se saber se o espólio pode (ou deve) ser tratado no âmbito do tratamento e descrição arquivística, parece-nos que não devemos desprezar esta fonte de informação, não sendo embora a vocação primeira de quem tem a seu cargo núcleos arquivísticos.”* Mais adiante na sua reflexão a autora salienta que *“(...) a experiência de divulgação de alguns espólios revelou-nos que a sua documentação é frequentemente utilizada, tendo os utilizadores revelado uma maior aceitação deste tipo de documentação.”*⁴⁴ Sem qualquer dado que confirme ou negue o porquê dessa aceitação poderíamos indagar que esta ocorre talvez porque a variedade tipológica presente nos espólios é estimulante à curiosidade intelectual dos estudiosos? Permite cruzar perspectivas? Coloca-nos no lugar do objecto de estudo? Exemplo, ao estudar um escritor é interessante contactar com o seu material de escrita, a sua mesa, máquina de escrever, os próprios cadernos de anotações, o tipo de papel...

Na nossa perspetiva, o tratamento arquivístico aplicado a colecções que se encontram à guarda de Arquivos não pode deixar de ter em consideração a interdisciplinariedade de abordagens e olhares. A inter-relação com outras áreas, como a museologia, a qual possui uma metodologia de tratamento própria. Porque: *“A soma dessas visões abrangentes poderá fornecer às metodologias arquivísticas novas luzes (...) sem que se percam de vista os princípios básicos (...) ainda que estes estejam atualmente abalados (...)”*⁴⁵

Terry Cook, um dos autores que procura explorar a aplicabilidade dos princípios arquivísticos tradicionais desenvolvidos para o uso em arquivos públicos e instituições em

⁴² SILVA, Armando Malheiro da, *op. cit.*, p.75.

⁴³ SILVA, Armando Malheiro da, *op. cit.*, p.75-76.

⁴⁴ BORGES, Leonor Calvão, *op. cit.*, p. 92.

⁴⁵ BELLOTO, Maria Liberalli - Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. [Em linha] [Rio de Janeiro]: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), N.º21 (1998/1) p. 2.

outro tipo de arquivo, nomeadamente em arquivos pessoais e de família salienta a possibilidade de um quadro conceptual comum, mas contesta a aplicabilidade dos princípios arquivísticos tradicionais inclusivamente nos arquivos governamentais, diante do que designa de pós-modernidade.⁴⁶

Cook fala da substituição da arquivística descritiva por uma nova aproximação de carácter funcional - arquivística funcional - realçando o conceito de “*arquivos totais*” e o novo perfil do arquivista que não pode negar a sua própria historicidade uma vez que também ele participa na construção da memória social e colectiva, rebatendo o mito da objectividade e da imparcialidade.

Uma visão mais tradicionalista do tratamento em arquivo é apresentada por Ducrot num trabalho sobre a classificação de Arquivos Pessoais e Familiares. Nesse trabalho analisado num artigo por Belloto, Ducrot chama a atenção para um aspecto essencial, a dispersão dos arquivos privados que se encontram espalhados pelas mais diversas organizações, como por exemplo, casas particulares, bibliotecas, arquivos, universidades e museus, o que também se aplica, diremos nós, no caso das colecções dispersas por vários locais.

No entanto, Ducrot, ao transpor para os quadros da organização dos arquivos pessoais o princípio da proveniência “*faz diferenças meticolosas de certas espécies documentais constantes de acervos pessoais: o caso do mapa da expedição geográfica (autorizado a integrar o acervo); os recortes de jornal (proibidos de integrar o acervo); coleções de documentos históricos não resultantes de acumulação natural (dê-se-lhes tratamento biblioteconómico); livros integrando arquivos pessoais (idem); objetos integrando arquivos pessoais (recusa-se-lhes um lugar nos “arquivos totais”, passando-se-os aos museus) etc.*” Esta separação dos diversos materiais que integram um acervo remetem a crítica, feita pela autora da análise, de que: “*Todos esses pormenores mostram uma certa tradição no tratamento dos registros pessoais para a qual, reconheço, ainda não temos substitutos plausíveis. Mas indago se não poderiam ser repensadas essas posições.*”⁴⁷ O mesmo nos questionamos nós no que diz respeito ao tratamento de colecções.

Abordando já aspectos práticos do tratamento arquivístico Ducrot começa por definir a classificação como “*o conjunto das operações intelectuais e materiais que permitem organizar um fundo de arquivos de modo a facilitar ao máximo as consultas (...)*”⁴⁸

⁴⁶ BELLOTO, Maria Liberalli, *op. cit.*, 1997, p. 3.

⁴⁷ BELLOTO, Maria Liberalli, *op. cit.*, p. 7.

⁴⁸ DUCROT, Ariane - A Classificação dos Arquivos Pessoais e Familiares. [Em linha] [Rio de Janeiro]: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), N.º21 (1998/1), p. 1.

Segundo Ducrot uma correcta classificação apoia-se na execução de três passos: o primeiro passo a seguir será assim efectuar uma preparação, que explicaremos adiante, passando ao segundo passo, isto é, à fase da realização deveremos seguir “(...) o princípio fundamental da arquivística, que é o do respect des fonds, ou princípio da proveniência (...); por fim deveremos ter em atenção as (...) regras específicas de cada categoria de arquivos, sem prescindir da intuição e do pragmatismo para corresponder à natureza própria de cada fundo.”⁴⁹

Relativamente à preparação da classificação deverão ser seguidas três “operações preliminares”, a saber: definir de uma política, isto é, efectuar um recenseamento dos arquivos privados conservados em diferentes instituições públicas e privadas e por particulares, e ainda, definir nacionalmente ou a nível regional “(...) a vocação própria de cada instituição em matéria de arquivos privados e a política a ser observada para preencher as lacunas dos arquivos administrativos.” A segunda operação será a preparação da recepção dos fundos, a qual se faz através de visitas aos seus proprietários, nas quais são avaliadas a importância qualitativa e o estado dos materiais, assim como o seu valor histórico e comercial. Por fim, a terceira operação visará garantir a essas “ (...) entradas de arquivos privados um tratamento jurídico e material rigoroso desde o momento de sua chegada à instituição arquivística.”⁵⁰

Ducrot chama a atenção para a necessidade de constituição de um “dossier de fundo”, o qual deverá ser composto pelos documentos relacionados com as negociações conduzidas no âmbito de aquisição dos materiais, deverão também constar deste “dossier” informações relativas à organização, classificação e antigos inventários que o proprietário tenha fornecido, por fim este deverá possibilitar a inserção de informação decorrente de futuras investigações que venham a ser efectuadas sobre os materiais.⁵¹

Segundo Ducrot, a classificação por assuntos de pesquisa - classificação metódica - revelou-se catastrófica, o que conduziu à definição da noção de fundo e decorrente princípio de respeito pelos fundos ou princípio da proveniência. Estes princípios seriam revistos a partir da década de 80 do século XX, devido à mudanças nos arquivos administrativos, os quais passaram, em muitos casos, de estruturas hierárquicas monolíticas para estruturas burocráticas, se viram a par com um crescimento estrondoso da massa documental e tiveram de lidar com a transformação da natureza dos documentos, face ao desenvolvimento dos meios informáticos.

⁴⁹ DUCROT, Ariane, *op. cit.*, p. 1-2.

⁵⁰ DUCROT, Ariane, *op. cit.*, p. 2-3.

⁵¹ DUCROT, Ariane, *op. cit.*, p. 4.

As colecções, na perspectiva de Ducrot, opõem-se a fundo na medida em que num fundo a ênfase é colocada “ (...) na origem e na natureza dos documentos: devem ser produto espontâneo, automático, de uma "atividade de gestão" e estar unidos entre si por "ligações estruturais", por oposição às coleções, que são constituídas voluntariamente por uma pessoa em torno de um tema escolhido, e também por oposição às criações literárias, artísticas e outras, que nascem de uma decisão voluntária de seu autor e que se bastam cada uma a si mesma.”⁵²

A autora, no entanto, parece estar em contradição com esta ideia ao afirmar, no mesmo artigo, um pouco mais adiante que: “Além dos documentos escritos de tipo tradicional, pertencem a um fundo de arquivo os cartazes, mapas e plantas, desenhos e croquis, as fotografias, as gravações sonoras, visuais ou informáticas, os filmes etc. que nasceram como que automaticamente da atividade quotidiana de uma pessoa e que esclarecem ou completam os outros documentos que essa pessoa produziu no âmbito de sua atividade. Mesmo que o formato ou o suporte de tais documentos impeçam de conservá-los fisicamente junto com o resto do fundo, eles fazem parte dele intrinsecamente, e devem ser inseridos em seu lugar lógico no quadro de arranjo e no inventário. Essa dupla inserção será traduzida por uma dupla notação: notação (intelectual) correspondente ao lugar normal do documento no seio de seu fundo de origem; notação (material) correspondente à caixa ou ao móvel no qual está colocado. Em contrapartida, quando esses mesmos documentos iconográficos ou audiovisuais resultarem de uma criação literária ou artística, e não de uma necessidade utilitária, não pertencerão ao domínio próprio dos arquivos.”⁵³

Ducrot salienta ainda que na sua perspectiva: “Uma coleção de documentos históricos não constitui um fundo de arquivo, pois foi criada de maneira artificial, segundo os critérios determinados subjetivamente por quem os reuniu. As instituições arquivísticas não devem criar essas coleções, mas podem recebê-las, seja sozinhas, já que tais documentos são arquivos, seja junto com o fundo da pessoa que as constituiu e cujas áreas de interesse elas esclarecem. Nesse último caso convém distinguir claramente o fundo e a coleção, classificando-os segundo seus critérios próprios. Quanto à coleção, como o princípio da proveniência não se aplica, será classificada da maneira que mais favoreça às pesquisas: por ordem cronológica, ou por ordem alfabética dos nomes de pessoas, até de países, mas jamais por assunto de pesquisa, porque recairíamos nos inconvenientes há pouco assinalados. A menos que o próprio autor da coleção a tenha assim classificado. Nesse caso, o arquivista a completará com um índice dos nomes de pessoas, de lugares e de assuntos.”⁵⁴

No entanto, Ducrot reconhece os limites da separação que faz entre o que é uma “coleção” e um “fundo” quando declara: “É pena, é verdade, separar o que provém de uma mesma

⁵² DUCROT, Ariane, *op. cit.*, p. 9.

⁵³ DUCROT, Ariane, *op. cit.*, p. 9.

⁵⁴ DUCROT, Ariane, *op. cit.*, p. 10.

pessoa e permite estudá-la de modo completo. Esse desejo de unidade explica o desenvolvimento da teoria dos "arquivos totais", nos anos 1960-1970 (sem relação com os "arquivos totais" apresentados aqui por Terry Cook): eles englobariam "todas as formas de testemunho do passado, aí compreendidos os objetos de uso comum, as roupas, os utensílios da vida corrente, sob o pretexto de que seriam, todos, produtos da atividade dos indivíduos ou das sociedades humanas".⁵⁵

Sobre o tratamento em si, a autora evidencia que: "Com frequência, contudo, o fundo recebido está na maior desordem. Seja porque jamais tenha sido classificado, seja porque a ordem primitiva sofreu alterações tais que é impossível restabelecê-la, seja, ainda, porque é extremamente insatisfatória. O pragmatismo deve, nessa hora, prevalecer sobre a teoria. Querer reconstituir uma ordem da qual não subsiste o menor vestígio (*Restauratiebeginsel*) seria o equivalente das reconstituições arbitrárias feitas por certos arqueólogos no século XIX, e além. O trabalho do arquivista consiste em dar a esses fundos o quadro de arranjo mais lógico, devendo esse arranjo corresponder, sempre, à estrutura orgânica do fundo, quer dizer, ser decorrência de sua natureza."⁵⁶ e ainda que, no caso particular dos Arquivos Pessoais: "(...)a natureza dos arquivos pessoais demanda uma classificação mais refinada que a dos arquivos públicos. (...)O valor histórico desses arquivos privados, os numerosos autógrafos que contém e seu volume, geralmente restrito, justificam esse tratamento particular." O mesmo diremos nós relativamente ao tratamento de coleções.⁵⁷

Ducrot não deixa de reconhecer e salientar, à semelhança de outros autores e citando-os, um aspecto essencial, isto é, que: "O arranjo é imposto pela natureza dos próprios documentos, porque, de fato, nenhum arranjo pode ser estabelecido a priori, e o arquivista deve-se deixar guiar pelo fundo"⁵⁸

Nas palavras de Borges, "os arquivos privados/espólios, embora sejam constituídos por documentos tradicionalmente ditos de arquivo, englobam também uma parte, nalguns casos, não menos aperiável, de material bibliográfico, recortes de jornais, mapas, postais, etc."⁵⁹ São memória e "como tal devem ser compreendidos, não sendo por isso aconselhável proceder-se a um tratamento documental diferenciado." Uma vez que "com efeito, nestes casos, é o conjunto de documentos (...) bem como a sua coesão interna que nos vai possibilitar a compreensão (...)"⁶⁰

⁵⁵ DUCROT, Ariane, *op. cit.*, p. 11, citando Michel Duchein, "Archives, archivistes, archivistique: définitions et problématique", in *La pratique archivistique française*, Paris, Archives Nationales, 1993, p. 23.

⁵⁶ DUCROT, Ariane, *op. cit.*, p. 13.

⁵⁷ DUCROT, Ariane, *op. cit.*, p. 17.

⁵⁸ DUCROT, Ariane, *op. cit.*, p. 18, citando Bertrand e Geneviève Gille "Les archives privées", in Manuel d'archivistique, Paris, Direction des Archives de France/Association des Archivistes Français, 1970, p. 403-413.

⁵⁹ BORGES, Leonor Calvão - A organização e descrição de espólios: estudo de um caso; In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 4, Braga, (1992), p. 262.

⁶⁰ BORGES, Leonor Calvão, *op. cit.*, *ibidem*.

E ainda porque, *“através da análise da constituição e organização das suas colecções, podemos apreender os seus gostos literários e por eles as modas de coleccionismo de uma época. As colecções, com todo o seu manancial de tipologias e volume de informação, tornam-se elementos preferenciais para a compreensão da mentalidade dos seus coleccionadores.”*⁶¹

Finalizando *“A compreensão desse conjunto documental como um todo, obriga assim a que a organização e posterior descrição abranja todos os tipos de documentos com a mesma fineza.”*⁶²

Mantém-se uma *“(...) questão fundamental da teoria arquivística: os princípios e conceitos arquivísticos tradicionais, que foram desenvolvidos para os documentos de instituições, são também relevantes para os arquivos de indivíduos, famílias e grupos?”*⁶³ Questão essa que, na nossa perspectiva, pode ser pertinentemente reformulada no caso do presente trabalho, no sentido em que nos podemos questionar se os princípios e conceitos arquivísticos tradicionais podem ser aplicados no caso do tratamento de colecções/espólios onde a documentação se mistura com objectos. É desse assunto que iremos abordar na segunda parte deste trabalho ao procurar tratar uma colecção que se encontra à guarda de um Arquivo.

Capítulo II – O caso da Colecção Almarjão

II.1. O Coleccionador

A colecção estudada neste trabalho nasce da iniciativa de uma personalidade residente na Freguesia de Carcavelos, no Concelho de Cascais, José Maria da Costa e Silva mais conhecido pelo nome Almarjão.

O Sr. José Maria da Costa e Silva desde cedo manifestou interesse pelo Passado, pela Memória, fundando nos anos cinquenta do século passado a Livraria Histórica Ultramarina. No decurso da sua actividade profissional como alfarrabista colaborou com diversas publicações e associações ligadas à historiografia nacional e à heráldica.

Neste contexto, surge com naturalidade o desejo de contribuir de uma forma activa para a preservação da memória do local onde cresceu e reside, tentando dar uma história ao meio que foi e é constantemente alterado pela necessidade de acolher uma população em permanente crescimento e desenvolvimento, e por isso sujeito a modificações que ao longo das sucessivas décadas alteraram de modo significativo a vivência do espaço.

⁶¹ BORGES, Leonor Calvão, *op. cit.*, p.263.

⁶² BORGES, Leonor Calvão, *op. cit.*, *ibidem*.

⁶³ COOK, Terry - Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. [Em linha] [Rio de Janeiro]: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), N.º21 (1998/1), p.1.

Como colecionador o Sr. Almarjão vai desta forma dar uma ênfase especial a tudo o que esteja relacionado com a sua “terra”, Carcavelos. Procurando nas peças que coleciona, através da aquisição, designadamente da compra de espólios em leilões, doações, representações das várias dinâmicas que a região de Carcavelos teve ao longo do tempo.

Segundo Menezes, uma colecção ou o coleccionismo em si mesmo possuem dimensões psicológicas, sociológicas, antropológicas ou históricas⁶⁴, O que nos parece patente no caso da Colecção Almarjão, na medida em que nesta o colecionador procura reunir toda uma representação do que foi a sua “terra” ao longo dos últimos séculos. A vivência de Carcavelos nas suas dinâmicas, sociais, económicas, culturais, políticas, em toda a sua história.

A colecção pode, ao mesmo tempo, constituir também uma auto-representação, neste caso do colecionador.⁶⁵ Espécie de auto-biografia de um tempo que já não existe, realizada para os outros, para que possam tomar parte do Passado.⁶⁶

II.2. A Colecção Almarjão

II.2.1. Contexto jurídico-administrativo da Colecção Almarjão

A Colecção Almarjão é uma colecção privada, tendo sido reunida por José Maria da Costa e Silva durante toda a sua vida, através de pesquisa e recolha em Portugal e no estrangeiro, sendo disso exemplo as aquisições aos herdeiros dos antigos proprietários de quintas em Carcavelos.

Abordado pela Câmara Municipal de Cascais (CMC) por ocasião da execução do projecto de criação de um Museu do Vinho de Carcavelos decidiu vender a colecção ao município.

⁶⁴ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de, *op. cit.*, p.1.

⁶⁵ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de, *op. cit.*, p. 11 “Os estudos de coleção se têm desenvolvido muito, estas últimas décadas, sobretudo na antropologia e na sociologia (a história, por sua vez, tem sido muito reticente, a respeito). Assim, já foram explorados não só o carácter metonímico de representação que a coleção pode desempenhar (de um grupo, cultura, fenómeno), mas, também, de auto-representação.”

⁶⁶ Menezes, 1997, p.11 “A primeira inferência é que a coleção, por mais personalizada e centrada no indivíduo, se faz sempre em relação ao outro. É, portanto, um suporte de interação. Ainda que o colecionador paroxisticamente tente restringir o desfrute de sua coleção por outros beneficiários que não sua própria e exclusiva pessoa, o que se tem é a reiteração de que a coleção está vocacionada para o ‘espaço público’. O esforço de manter em segredo a coleção é apenas uma tentativa de anular ou neutralizar sua natureza visceral de enunciado, suprimindo pela violência as redes de interação. Não é, pois, força de expressão procurar entender a coleção como ato autobiográfico.”

A colecção, nas palavras do próprio Coleccionador, em carta dirigida à Sra. Vereadora da Cultura da CMC (10 de Janeiro de 2005), que integra o processo de aquisição da Colecção Almarjão, é composta por “(...) *um acervo muito completo, cujo valor reside, não só nas espécies em si, mas enquanto conjunto, e que dificilmente poderá ser encontrado de outra maneira(...)*”.

Importa neste contexto fazer uma parêntese e reflectir sobre as colecções estabelecidas por particulares enquanto ameaça aos arquivos.

De uma forma geral as colecções são vistas como uma ameaça à integridade dos arquivos, segundo a visão normalizada que existe do que é um arquivo, bem como do que é uma colecção. Como exemplo disso poderemos apontar uma citação retirada do contexto de um estudo sobre arquivos de família: “(...) *o verdadeiro valor de um documento de arquivo só pode ser conseguido no conjunto de documentos em que foi produzido (...)*”⁶⁷ Gonçalves, com esta afirmação, chama a atenção para o desmembramento de espólios particulares através da venda de documentos. “*Quando se fala em documentos, não deixa de ser ingrato reflectir sobre o seu valor. Talvez por isso essa reflexão seja constantemente adiada, deixando o campo aberto à pura especulação comercial que, através do seu conceito pouco ortodoxo de “documento”, o torna num produto indiferenciado do consumismo, ao retirá-lo dos conjuntos a que pertence, alimentando o coleccionismo obtuso com um produto de valor inflacionado.*” (...) “*Esta atribuição de um valor pecuniário, normalmente feita por comerciantes de livros e documentos, quando não por antiquários, é de todo desaconselhável, uma vez que não tem em conta o valor intrínseco dos documentos, mas apenas se baseia no aspecto comercial da questão. O valor informativo, o valor do conjunto documental de onde o documento não deve ser separado, o arquivo enquanto conjunto e não enquanto mera soma das partes, não são preocupações tidas em conta por estes profissionais do comércio.*”⁶⁸ Mais adiante o autor, referindo-se à avaliação comercial dos documentos, frisa que: “*Deixá-la a critérios exclusivamente comerciais é deixar que os arquivos continuem a alimentar atitudes colecionistas, em nada abonatórias do verdadeiro conceito de documento de arquivo.*”⁶⁹

Isto parece estar em contradição com a afirmação realizada pelo Coleccionador, o Senhor José Maria da Costa e Silva, conforme foi exposta, no sentido em que, na Colecção por si reunida o valor se encontra no conjunto e não nas peças em si.

Na nossa perspectiva é errado generalizar comportamentos, afirmar peremptoriamente que a venda de documentos para colecções particulares destrói a

⁶⁷ GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita; PEIXOTO, Pedro Abreu - Arquivos de família: organização e descrição. Vila Real: UTAD, 1996, p.2.

⁶⁸ GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita; PEIXOTO, Pedro Abreu, *op. cit.*, p. 17.

⁶⁹ GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita; PEIXOTO, Pedro Abreu, *op. cit.*, p. 28.

orgânica dos conjuntos documentais, pode nalguns casos ser válido e em outros não. A verdade é que muitos documentos parecem resistir ao esquecimento justamente porque foram vendidos a entidades e pessoas que os estimam e os preservam. Não deixamos, no entanto, de reconhecer que o ideal seria manter os conjuntos documentais tal como estes foram deixados por quem os concebeu de raiz, evitar a sua divisão por várias entidades, mas em muitos casos isso é impossível por razões várias.

Mais ainda parece-nos que nalguns casos os documentos vendidos por quem não se interessa e adquiridos por pessoas motivadas para os preservarem, são inseridos em colecções onde ganham uma nova dinâmica, um novo sentido ou razão de existir, como nos afigura ser o caso na Colecção Almarjão.

A Colecção Almarjão foi adquirida pela Câmara Municipal de Cascais (CMC) tendo esta aquisição sido inicialmente solicitada por dois técnicos superiores da autarquia cascalense que, no decurso de um trabalho monográfico sobre o vinho de Carcavelos, travaram conhecimento da existência da mesma e tomaram contacto com os documentos, relacionados com a produção vitivinícola, que fazem parte da Colecção, nomeadamente a iconografia, monografias, folhetos e outros documentos associados.

Por parecer técnico, datado de 24 de Janeiro de 2004, os dois funcionários salientaram a *“dificuldade que existe em encontrar documentação sobre a região de Carcavelos.”*, vindo a aquisição a ser reforçada por parecer do responsável pelo Arquivo Histórico Municipal de Cascais (AHMC), de 17 de Fevereiro de 2005, no qual é salientado o facto desta ser a maior colecção existente sobre Carcavelos e ainda a raridade de muitas das peças que a constituem, assim como a importância que a mesma terá para a concretização do projecto do Museu do Vinho e da Vinha, ao nível da exposição e da monografia que estavam a ser desenvolvidas. A colecção é também apresentada como uma mais valia para o AHMC uma vez que com esta documentação passará a dispor de documentação inédita sobre Carcavelos, salvaguardando ainda a preservação dos documentos.

Todas as razões que conduziram à aquisição da Colecção Almarjão inserem-se nas funções de salvaguarda e difusão da História Local do município, as quais prevêm e incentivam a aquisição de espólios.

Importará neste contexto salientar a existência, que nos últimos o desenvolvimento da área dos estudos de História Local teve. Este facto prende-se, sem dúvida, com o incremento da consciência do valor e importância que a História, de uma forma geral, com destaque para a História Local, tem para o conhecimento das necessidades e anseios, assim como, para a motivação do envolvimento da população nas questões que dizem respeito a

todos e que cruzam campos tão diversos como a economia das localidades, a sua vivência do espaço, entre outros. A estes factos não é alheia a atribuição de responsabilidade de gestão da memória cultural por parte das autarquias.

Os estudos de história local são uma fonte primordial para o estudo das povoações e têm também se manifestado como uma forma interessante para a compreensão da globalidade do país.⁷⁰ Partindo do conhecimento das realidades locais, em todos os seus aspectos dinâmicos, a nível económico, cultural, social, associativo, urbanístico, entre outros, podemos ter uma perspectiva da realidade nacional.

Neste contexto de descoberta da importância do estudo da história local os arquivos municipais surgem como repositórios que permitem o desenvolvimento da investigação. Toda esta divulgação da história local faz com que a história e os arquivos se tornem conhecidos e cheguem ao encontro do espírito das pessoas. O que faz com que, concordemos com a afirmação de que “(...)a existência de espólios e arquivos pessoais nos arquivos municipais, são uma forma cada vez mais aliciante de dar a conhecer ao utilizador uma maneira diferente de ver a sua terra.”⁷¹

É de considerar ainda que existem diferentes potencialidades face ao estudo de uma localidade a partir da documentação institucional, ou a partir de documentação particular sendo que não deveremos descurar nem uma nem outra.

No caso concreto do concelho de Cascais parece existir um interesse especial no que diz respeito ao reconhecimento por parte dos particulares da necessidade de preservarem a sua história, seja porque: “A posse de objetos históricos como vetor de classificação social não é tema novo, seja no tocante a coleções (...)”⁷² ou por outros motivos.

A realidade é que muitos residentes concelhios procuram contribuir de uma forma mais ou menos regular e activa na construção da memória do que consideram ser a sua “terra”. Este facto pode ser comprovado pelas inúmeras iniciativas que decorrem no concelho de Cascais, nomeadamente exposições, conferências, doações, entre outras, muitas das quais em estreita colaboração com a Câmara Municipal.

⁷⁰ BORGES, Leonor Calvão - Fontes de história local: os espólios e arquivos pessoais nos arquivos municipais; In Encontro Nacional de Arquivos Municipais, 3, Guimarães e Viana do Castelo, 1993, p. 88.

⁷¹ BORGES, Leonor Calvão, *op. cit.*, p. 89.

⁷² MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de, *op. cit.*, p.8.

II.2.2. Âmbito e tipologias documentais

A Coleção Almarjão é, como já foi referido, uma colecção particular que nasceu da iniciativa de uma pessoa, não existindo anteriormente enquanto conjunto documental organizado, foi constituída em torno de uma temática específica, que tem como base a região de Carcavelos.

Partindo do tema central Carcavelos, podemos referir vários temas, com destaque para dois em particular, que são: as quintas produtoras de vinho da região demarcada de Carcavelos e as famílias relacionadas com estas. Abrangendo cerca de cinco séculos da História da região de Carcavelos em particular e da área de Cascais e de Oeiras em geral, a Coleção Almarjão não se limita a ser um mero conjunto de documental, tendo tido o Coleccionador a preocupação de estabelecer ligações entre os materiais coleccionados. Desta forma, a título de exemplo poderemos referir que encontramos uma articulação entre os documentos relacionados com as quintas e a vitivinicultura e entre estes e as famílias que, ao longo do tempo, residiram nas propriedades e contribuíram para o desenvolvimento da produção de vinho.

No que diz respeito a tipologias documentais, a colecção estudada é sem dúvida um exemplo do que falamos quando nos referimos a uma “*colecção*”, tal como o termo é definido pelas normas nacionais e internacionais⁷³, uma vez que se trata de um conjunto documental diversificado, reunido em função de uma característica comum com base na temática da região de Carcavelos.

Num conjunto composto aproximadamente por dois mil documentos encontramos as tipologias documentais mais diversas, contratos de compra e venda de propriedades, informações sobre a venda do vinho de Carcavelos, instruções aos administradores das quintas, recibos, correspondência, escrituras, recortes de jornais, entre outros, cobrindo horizontes temporais abrangentes, conforme foi referido a colecção compreende cinco séculos, contendo documentação datada entre o século XVII e o século XX, sendo que o documento mais antigo que encontramos é de 1610 e o mais recente de 2004.

⁷³ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição. Estocolmo: Suécia, 19-22 Setembro de 1999. [Em linha]. Conselho Internacional de Arquivos; Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2ªed. Lisboa: IAN/TT, 2004, p.13.

Trata-se portanto de uma colecção composta por «*documentos híbridos*»⁷⁴, isto é, a par de documentos de arquivo, segundo a definição apresentada nas normas, como por exemplo, documentos de compra e venda de propriedades do século XVII encontramos recortes de imprensa do século XX, monografias, postais ilustrados, fotografias, mapas, cartazes, rotulos de garrafas, garrafas de vinho, entre outros materiais.

As tipologias documentais são portanto várias, de acordo com os diferentes suportes, o que parece demonstrar a tentativa de coleccionar o quotidiano, conforme já foi referido.

Capítulo III – Proposta de tratamento arquivístico da Colecção Almarjão

III.1. Tratamento intelectual do espólio

Antes de iniciar o trabalho sobre a Colecção estabelecemos conversações com o responsável pelo Arquivo Histórico Municipal de Cascais, o Dr. João Miguel Henriques, facilitando a consulta do dossier relacionado com a aquisição da Colecção Almarjão, assim como, o acesso à própria documentação que a constitui. Para além de demonstrar toda a disponibilidade para conosco estabelecer critérios para o tratamento documental e organização da Colecção.

De destacar que no Quadro de Classificação do Arquivo Histórico Municipal de Cascais (AHMC) a Colecção Almarjão encontra-se inserida nos “*Arquivos Especiais*”. Facto tanto ou mais relevante devido à variedade de materiais que a contituem e que explicaremos mais adiante.

O trabalho de tratamento intelectual da Colecção teve como base critérios definidos em conjunto com o responsável pelo Arquivo Histórico Municipal de Cascais, enquanto representante da entidade detentora, tendo em atenção os interesses deste organismo na forma de organização da Colecção. Não obstante, o facto de nos ter sido dada total liberdade para o tratamento da Colecção.

⁷⁴ SILVA, Armando Malheiro da - A Informação: Da Compreensão do Fenómeno à Construção do Objecto. Porto: Edições Afrontamento, 2006, p. 142.

III.1.1. Algumas notas sobre o estado da colecção antes do nosso trabalho

Uma primeira fase do nosso trabalho foi estabelecida no contacto com dois documentos que descreviam a Colecção. O primeiro documento espelha a organização estabelecida pelo Coleccionador, tendo sido elaborado pelo próprio, quanto ao segundo documento em questão, trata-se de um levantamento das peças realizado por uma funcionária do AHMC no momento em que a Colecção deu entrada no Arquivo. Passaremos a explicar as questões levantadas pela análise desses dois documentos.

Conforme foi referido, a Colecção Almarjão foi adquirida directamente ao seu detentor, o Senhor José Maria da Costa e Silva, o qual tinha estabelecido uma organização, exposta num documento por si elaborado, e que foi inserido no processo de aquisição da colecção que consultamos.

A organização estabelecida pelo Coleccionador apresenta como fio condutor, de uma forma geral, os temas e a tipologia dos documentos, a título de exemplo: Livros e folhetos sobre o vinho de Carcavelos; Livros e folhetos sobre Carcavelos em geral, Iconografia.

No entanto, a nosso ver, esta organização apresentava lacunas várias sendo a mais evidente o facto de que a forma como a documentação se encontrava estruturada não permitia na maioria dos casos ter uma visão geral concreta do alcance da Colecção. No caso por exemplo da Iconografia a diferença entre espécies baseava-se no facto de algumas estarem emolduradas e outras não. Outro caso, será o dos documentos manuscritos onde poderemos encontrar, de acordo com a organização atribuída pelo coleccionador uma miscelânea sem ordem aparente para além do facto de se tratarem de manuscritos, deste conjunto faziam parte documentos como por exemplo a *“Carta de Braço”* de um membro da Família Alagoa datada de 1705, um *“atado com diversos Maços de Manuscritos do século XVII sobre Carcavelos”* e ainda, uma *“caixa com manuscritos e impressos do século XVIII, fotos, apontamentos, recortes, etc.”*. Do rol apresentado são também referidos um conjunto de garrafas de vinho de Carcavelos, etiquetas de vinho de Carcavelos e objectos diversos onde se incluem uma garrafa de cristal, um retrato miniatura pintado sobre marfim, um prato brasonado da Companhia das Índias e medalhas.

O outro documento consultado diz respeito a um levantamento da Colecção efectuado por uma Técnica Profissional do AHMC que tem como título *“Descrição inicial dos documentos recebidos no AHMC de acordo com a ordem original”*. Neste documento estão

enunciados monografias e folhetos sobre o vinho de Carcavelos, bem como sobre Carcavelos em geral, peças iconográficas, garrafas e rótulos do vinho de Carcavelos que referen as quintas produtoras, e outros objectos, sendo exposta também documentação relacionada com o vinho de Carcavelos e sobre diversos aspectos de Carcavelos. Este conjunto é por vezes, enumerado peça a peça e outras vezes, por lotes. A descrição inicial elaborada por esta funcionária do AHMC procura seguir uma organização temática, tal como havia sido estabelecida pelo Coleccionador. Este trabalho teve como desenvolvimento a elaboração um pré-catálogo manuscrito, não informatizado, que enuncia de forma individualizada, cada um dos documentos que constituem a Colecção, tendo sido preenchida manualmente uma folha de recolha de dados para cada documento, os quais foram acondicionados em capilhas próprias, sendo atribuído a cada um destes um número sequencial provisório. Este trabalho possibilitou a identificação de mil novecentos e um documentos.

É de salientar que durante o tempo em que a Colecção esteve em tratamento, pela Técnica do AHMC, foi alvo de pesquisa por parte de outros funcionários da autarquia, nomeadamente por Técnicos Superiores adstritos ao Departamento de Cultura mas exteriores ao Arquivo, tendo algumas das peças sido retiradas para uma exposição sobre a vinha e o vinho de Carcavelos, tendo o estudo da Colecção dado origem a um Catálogo e a uma Monografia sobre a actividade vitivinícola de Carcavelos.⁷⁵

Da análise aos documentos elaborados anteriormente ao tratamento por nós efectuado, constatamos que tais descrições eram bastante sumárias face ao volume de informação latente na Colecção.

Fazendo uma análise mais cuidadosa podemos afirmar que a descrição que havia sido fornecida pelo coleccionador ao AHMC, aquando da aquisição da colecção se demonstrou demasiado vaga, o que é normal se tivermos em conta que tal documento foi elaborado sem o intuito de ser um instrumento de descrição documental normalizado, por uma pessoa que não possuía conhecimentos técnicos sobre arquivística. O objectivo dessa descrição era somente, segundo nosso entender, dar uma perspectiva da Colecção no momento em que esta foi vendida à CMC.

Quanto aos dois documentos elaborados após a Colecção ter dado entrada no arquivo, nomeadamente a *“Descrição inicial dos documentos recebidos no AHMC de acordo com a ordem original”*, documento constituído por vinte e nove páginas, e o pré-catálogo

⁷⁵ PEREIRA, Ana Duarte Baptista – A vinha e o vinho de Carcavelos: Exposição, 2005 ; A vinha e o vinho de Carcavelos, 2007; A vinha e o vinho de Carcavelos : contributos para o seu estudo, 2007.

manuscrito, foram ambos elaborados com o objectivo de servirem para controlo do conjunto documental no momento em que este deu entrada no AHMC, e em que a Colecção era objecto de consultas frequentes, tendo sido inclusivamente, nessa altura, retiradas algumas peças para figurarem numa exposição elaborada pelo município.

O facto de os dois documentos terem sido elaborados com o intuito de preservar alguma ordem existente na Colecção no momento em que esta era alvo de estudo, sendo a sua elaboração feita de forma sumária é patente no caso da “*Descrição inicial*” que segue a descrição fornecida pelo Coleccionador, indo pouco além desta, mas também no pré-catalogo.

III.1.2. Como organizar?

As questões normalmente apresentadas pelos vários autores no tratamento de uma colecção foram sentidas de modo profundo ao longo do trabalho que efectuamos sobre a Colecção Almarjão. Como organizar algo que parece não ser passível de organização segundo moldes pré-definidos? Como ordenar documentos diversos entre si, seja na temática que abordam, seja na tipologia? E principalmente, no caso concreto, como manter uma certa coerência face à organização atribuída pelo Coleccionador, o qual, dedicou uma vida inteira aos documentos e objectos que agora se nos apresentam para tratamento. Como proceder de forma a seguir os princípios arquivísticos e ao mesmo tempo manter o respeito pela ordem da Colecção.

Para alguns poderão não fazer sentido estas nossas dúvidas e hesitações, mas quem nos garante que na nossa tentativa de normalizar não poderemos estar a destruir informação relevante. Será decerto um risco inevitável, mas no entanto devemos ter consciência da necessidade de o minimizar pois o que hoje pode ser tido como modelo amanhã poderá já não o ser.

Exposto isto poderemos adiantar que algumas das ideias apresentadas neste trabalho para o tratamento da Colecção poderão não parecer as mais correctas, pelo menos no que diz respeito ao modelo usual de tratamento deste tipo de conjuntos documentais.

Em nossa defesa poderemos salientar que as opções escolhidas procuraram adequar os princípios arquivísticos ao caso concreto da Colecção Almarjão, sem perder de vista o facto de que este tratamento se aplica a este caso e foi alvo de uma metodologia de abordagem que procurou analisar várias perspectivas por forma a destacar a particularidade da Colecção, a qual parte da iniciativa de um Coleccionador, que procurou reunir ao longo da sua vida documentos que retratassem uma região bem delimitada, com destaque para

uma actividade económica identificada, a vitivinicultura, a qual se encontra intimamente ligada ao espaço e às pessoas que o habitaram.

A organização seguida teve como base, conforme já foi referido a análise da documentação e das descrições que tinham sido elaboradas, pelo Coleccionador, bem como por uma Técnica Profissional e ainda os diálogos estabelecidos com o responsável pelo AHMC que muito contribuíram para o conhecimento que adquirimos sobre as necessidades do Arquivo no que diz respeito ao tratamento da Colecção.

Conforme foi explicado todo o trabalho de descrição anterior ao nosso tratamento não se mostrava suficiente para o AHMC, para uma correcta identificação, organização, classificação, comunicação e difusão da Colecção.

Tendo como ideia central um dos motivos por que a Colecção Amarjão foi adquirida, isto é, a intenção da sua disponibilização num futuro espaço museológico dedicado à produção Vinícola de Carcavelos partimos para uma análise holística da Colecção. Neste sentido, não fizemos distinção entre o que tradicionalmente são considerados documentos de arquivo, biblioteca e museu. Pareceu-nos mais apropriado seguir a visão do Coleccionador, com todas as críticas que daí poderão advir, e manter as ligações entre os documentos e objectos independentemente da sua possível inserção em categorias documentais, bibliográficas e museológicas. A separação entre as várias categorias quebraria, na nossa perspectiva, partilhada pelo responsável pelo AHMC, a coesão central da Colecção e colocaria alguns dos materiais em risco de não serem descritos, visto não poderem ser inseridos nas categorias documentais de arquivo, conforme estas estão estabelecidas nas normas internacionais.

A ordenação da Colecção teve portanto em atenção não só a organização que os documentos já possuíam, mas ainda a análise da Colecção e ainda as necessidades do Arquivo no que diz respeito a esta Colecção em particular. Todos estes aspectos determinaram a adopção de uma abordagem coerente com os princípios arquivísticos mas não exclusivamente guiada por estes *“adaptando a técnica aos documentos e não o contrário”*⁷⁶.

Sabendo que existem regras a seguir em matéria arquivística e principalmente considerando que cada arquivo/colecção, isto é, que cada conjunto documental apresenta características próprias que condicionam em maior ou menor grau o tratamento que lhe é

⁷⁶ BARATA, Paulo J.S.- Organização de um arquivo pessoal: Arquivo Mouzinho da Silveira: análise de um caso. In Cadernos BAD. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. N°2 (1993) 55-67, p.59.

dado, pensamos que o trabalho efectuado no tratamento da Colecção Almarjão era aquele que permitia destacar de forma mais evidente a informação que contém.

Neste trabalho a adaptação da técnica aos documentos foi um aspecto de extrema importância visto que, na nossa perspectiva, o contrário desta acção, isto é, a adaptação dos documentos à técnica de tratamento documental teria um resultado menos benéfico para a Colecção no seu todo. Uma vez que se trata de uma Colecção constituída pela vontade e segundo as aquisições realizadas por um indivíduo, toda a organização que lhe possamos dar será sempre uma construção única feita à sua medida.

Outro aspecto que tivemos em atenção é o facto de que “(...) a disposição física dos documentos não deverá condicionar a sua arrumação intelectual”⁷⁷. Ou seja, o facto de alguns materiais necessitarem, pelas suas características físicas de serem acondicionados de uma forma particular como, por exemplo, as garrafas de vinho ou os livros sobre vinho, intelectualmente estes estão inseridos no conjunto dos materiais relacionados com a temática da vitivinicultura.

De salientar que a organização apresentada é uma proposta que não invalida uma organização e descrição futura diferente, caso se julge pertinente.

III.1.3. A classificação

“A classificação da documentação é a componente intelectual da organização documental.”⁷⁸

No tratamento intelectual da Colecção tivemos em atenção alguns factores determinantes na definição da metodologia adoptada, nomeadamente, a natureza do acervo, compreendendo uma grande variedade e tipologia de materiais coleccionados pelo Sr. Almarjão, alguns dos quais de natureza arquivística, outros de natureza mais diversa.

A classificação da Colecção foi complexa devido à heterogenidade dos documentos e objectos que a compõem. Temos noção de que não é possível chegar a uma solução inquestionável, no entanto, procuramos assumir uma posição no respeitante à classificação, de acordo com as características documentais que possuíamos, sendo que o critério adoptado foi aplicado de forma uniforme a toda a Colecção.

No seu conjunto, a Colecção apresenta uma relação temática, não só porque foi reunida tendo como base o tema Carcavelos mas ainda porque no interior desse grande

⁷⁷ BARATA, Paulo J.S., *op. cit.*, *Ibidem*.

⁷⁸ PORTUGAL. INSTITUTO DA BIBLIOTECA NACIONAL E DO LIVRO - DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, Lisboa: Inst. da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

tema central podemos encontrar temas específicos como sejam a vitivinicultura e as famílias.

Ao efectuarmos o tratamento da documentação procuramos assim definir grandes secções temáticas, muitas das vezes apurando temas já existentes, os quais haviam sido definidos pelo Coleccionador.

Num primeiro contacto procedemos ao levantamento dos temas atribuídos pelo Coleccionador, o que nos permitiu identificar cerca de vinte e sete assuntos e verificar que alguns destes eram bastante particularizados e outros não.

O nosso segundo contacto visou já um intuito classificativo dos materiais, tendo sido possível estabelecer cerca de vinte e um temas centrais. Este trabalho conduziu a uma nova análise a qual permitiu a redução dos temas para doze secções, as quais serviram como proposta de base para o Quadro de Classificação.

III.1.4. Sobre a elaboração do Quadro de Classificação

“Sendo a classificação imposta pela natureza dos próprios documentos, o arquivista deve deixar guiar-se por eles, elaborando um quadro de classificação que reflecta a sua ordem original.”⁷⁹

Na elaboração do Quadro de Classificação tivemos como base a organização temática sobre a qual a Colecção havia sido constituída e organizada pelo Coleccionador, procurando desta forma respeitar a ordem original da Colecção, tal como esta foi criada e concebida, se podemos utilizar esta expressão no contexto do coleccionismo.

Iniciamos o nosso trabalho sobre o conjunto documental, o qual é constituído por cerca de dois mil documentos, adoptando como técnica do trabalho a divisão da documentação por vários temas. Procedendo a uma primeira separação dos documentos, pelos vários temas que haviam sido estabelecidos pelo Coleccionador, conforme já foi referido. Ao longo desta primeira separação foi notória a necessidade de rever algumas temáticas, acrescentando novos temas que se apresentaram como pertinentes, eliminando outros e redefinido num âmbito mais geral ou particular outros, tendo como objectivo o estabelecimento de unidades documentais coerentes.

Numa segunda análise da documentação foi possível estabelecer unidades documentais, com base na temática, neste caso secções e, quando necessário, sub-secções apurando desta forma a organicidade da massa documental. Convém salientar que toda a

⁷⁹ GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita; PEIXOTO, Pedro Abreu - Arquivos de família: organização e descrição. Vila Real: UTAD, 1996, p.35.

organização da Colecção é factícia, sendo que à constituição de secções e sub-secções factícias advém questões específicas, nomeadamente ao nível da sua validação.

De salientar que na intervenção que fizemos sobre os documentos, nomeadamente, na organização de acordo com os temas que fomos estabelecendo, foi possível localizar e reunir documentos constituídos por mais do que uma folha que se encontravam dispersos, caso por exemplo, de recortes de jornal constituídos por duas folhas, bem como, eliminar papéis completamente marginais à Colecção que haviam sido utilizados meramente como separadores mas que no pré-inventário surgem identificados como elementos da Colecção. Estes factos fizeram com que no final da nossa organização o número total de documentos fosse um pouco mais reduzido do que o número apresentado aquando da realização do pré-catálogo pela Técnica Profissional do Arquivo, desta forma, das mil novecentas e uma peças identificadas no pré-catálogo passamos para mil setecentas e quinze.

Na classificação da documentação foram estabelecidos os níveis de descrição a aplicar, designadamente as secções e nos casos em que se manifestou próprio, as sub-secções, não indo a classificação para além das sub-secções.

A construção de secções artificiais é uma solução de recurso, mas a única possível no presente caso, uma vez que no contexto desta Colecção é impossível a reconstituição da ordem natural da documentação uma vez que esta tem várias origens.

O trabalho de reconstituição e organização da Colecção passa pelo reconhecimento dos temas que a compõem.

O quadro de classificação pretende ser o culminar de um trabalho de organização e classificação da Colecção que tem em vista permitir uma visão mais completa da documentação que a compõe. Com este objectivo foi elaborado um quadro de classificação provisório que foi sendo alterado ou confirmado à medida que se ia avançando no contacto directo com os documentos.

No caso da Colecção Almarjão o Quadro de Classificação⁸⁰ final contém onze Secções, que correspondem a grandes temas, designadamente: Vitivinicultura; Quintas Produtoras de Vinho; Famílias e Personalidades; Urbanismo; Serviços, Comércio e Indústria; Fortes e Assuntos Militares; Igreja e Religião; Saúde e Acção Social; Desporto e Lazer; Movimentos e Partidos Políticos e por fim, Junta de Freguesia de Carcavelos.

⁸⁰ Ver Apêndice A, Quadro de Classificação.

Três secções, caso das Quintas Produtoras de Vinho; Famílias e Personalidades, bem como, Fortes e Assuntos Militares possuem sub-secções que demarcam temáticas mais específicas.

No caso da secção Quintas Produtoras de Vinho, as sub-secções correspondem às várias quintas identificadas, num total de dezassete.

A secção Famílias e Personalidades, possui duas sub-secções que salientam duas famílias nobres que foram detentoras de várias quintas.

A secção Fortes e Assunto Militares, por sua vez, encontra-se dividida em sub-secções que representam casa um dos fortes identificados.

O quadro de classificação elaborado é para nós um ponto de chegada, uma vez que envolveu um trabalho de organização que permite ter uma visão mais clara e concreta da Colecção e desta forma potenciar outro tipo de tratamento, caso do inventário que efectuamos e de um futuro catálogo a ser produzido.

III.1.5. Notas sobre a descrição e inventariação da Colecção

A descrição da Colecção permitiu a elaboração de um instrumento de descrição documental (IDD), que contribuí para uma melhor compreensão da sua globalidade, bem como dotar o AHMC de um meio de controlo e comunicação.

O Inventário teve como objectivo a descrição da Colecção, expondo aspectos como o seu contexto.

O Quadro de Classificação evidencia a organização da Colecção, neste caso, as secções e sub-secções.

A escolha de uma descrição documental baseada no inventário foi a seleccionada devido à necessidade de se proceder a uma organização dos materiais que compõem a Colecção, nomeadamente a necessidade de elaborar um Quadro de Classificação coerente, facto a que se aliaram as limitações temporais que tínhamos para a execução deste trabalho e que contribuíram para a elaboração de um inventário e não de um catálogo.

O Inventário foi elaborado directamente na base de dados arquivística em uso no AHMC, o X-arq, no qual consta ainda o Quadro de Classificação.

Sobre o X-arq podemos referir que se trata de uma aplicação técnica que permite a normalização, o tratamento informatizado de arquivos e a elaboração de instrumentos de descrição documental com estrutura variável segundo as necessidades de cada arquivo e ainda de cada conjunto documental.

No que diz respeito às regras arquivísticas o X-arq segue a Norma ISAD(G) nomeadamente no que respeita à descrição multinível, sendo que refere em cada nível apenas a informação pertinente para a sua caracterização, evitando desta forma a redundância, estabelecendo a correspondência com os níveis relacionados, distribuindo os elementos de informação de cada nível por campos e sub-campos o que disciplinou a recolha de dados e uniformizou a descrição documental.

Uma vez introduzido no X-arq a estrutura do Quadro de Classificação por nós elaborado procedemos ao preenchimento de uma folha de registo de dados (FRD) ao nível da Colecção, bem como de cada uma das secções e sub-secções, foi ainda preenchida uma folha de registo de entidade relativa ao Coleccionador.⁸¹

No preenchimento das FRD procuramos evitar a redundância da informação, neste sentido os campos comuns ao nível da descrição da Colecção e das secções que não trouxessem informação nova foram preenchidos apenas ao nível da Colecção, por forma a minimizar a duplicação de informação e o conseqüente saturamento do sistema, o mesmo critério foi aplicado ao nível das sub-secções, na medida em que não foram preenchidos nas respectivas FRD as informações que eram comuns à respectiva secção.

A descrição da Colecção, secções e respectivas sub-secções consistiu portanto no preenchimento das FRD conforme os campos estabelecidos no X-arq.⁸²

Não obstante o facto da Colecção ter sido organizada com base nas temáticas que a constituem, o sistema de organização no interior de cada secção e sub-secção varia de acordo com a necessidade de se obter uma visualização imediata dos seus conteúdos. Neste sentido algumas secções estão organizadas segundo o critério temático, ou temático e cronológico, ou ainda, alfabético e cronológico, no caso das Famílias e Personalidades. As sub-secções da secção Famílias e Personalidades seguem o critério de organização cronológica. Na sua maioria no entanto o critério de organização adoptado é o temático.

Algumas Secções e sub-secções são constituídas por um número reduzido de documentos, o que pode ser questionável, no entanto a sua distinção pareceu-nos importante para se ter uma noção mais concreta da abrangência da Colecção.

Devido a questões de tratamento físico que se prendem com a tipologia e suporte dos documentos foi necessário acondicionar alguns destes em locais próprios, como sejam caixas individuais ou gavetas de grande formato, seguindo, no entanto, uma ordem

⁸¹ Ver Apêndice B, Registo de Entidade.

⁸² Ver Apêndice C, Inventário da Colecção Almarjão.

sequencial de arrumação intelectual no seio da secção a que dizem respeito. Neste caso podemos referir as fotografias, os cartazes, mapas e garrafas com o seu conteúdo intacto.

Após o trabalho que efectuamos e que pensamos contribuir para uma maior compreensão da Colecção ficou, no entanto, patente a necessidade de elaborar um catálogo como forma de obter uma recuperação mais eficaz da informação e como um meio para evidenciar de uma forma mais particular alguns documentos.

Conclusão

Este trabalho pertendeu questionar a problemática do tratamento das colecções factícias, partindo da análise do étimo, e ainda do tratamento efectuado na organização, classificação e descrição da Colecção Almarjão.

A bibliografia existente sobre este tema, quer na perspectiva de uma abordagem teórica, quer na perspectiva prática é escassa, o que nos levou a consultar estudos sobre arquivos privados, pessoais e de família.

O carácter privado da Colecção Almarjão, na medida em que foi estabelecida por uma pessoa singular, reunindo documentos provenientes de arquivos pessoais e de família também contribuiu para que na bibliografia estudada estes tenham especial destaque.

Na análise teórica do conceito foi possível estabelecer um ponto da situação no que se refere à interpretação sobre o que caracteriza uma colecção e de como esta deverá ser organizada por forma a permitir a sua disponibilização ao público.

As diferentes interpretações sobre o conceito de colecção e, em consequência, sobre a organização a adoptar parecem demonstrar uma mudança de paradigma que acentua a necessidade de olhar as colecções factícias, em especial as colecções estabelecidas por particulares, como conjuntos documentais relevantes, que permitem em muitos casos completar informações constantes nos fundos arquivísticos dos organismos públicos. A mudança de paradigma aplicando-se às colecções em particular não deixa de realçar uma mudança geral na compreensão do que é para que serve um arquivo.

A par da análise teórica da questão, desenvolvemos um trabalho prático de estudo e tratamento de um caso concreto aplicado à Colecção Almarjão, uma vez que, em matéria de arquivos é da análise dos documentos que surgem as questões que dão origem a teorizações. Este caso agora apresentado procura ser disso exemplo.

O tratamento intelectual da Colecção teve como objectivo a organização da documentação, a criação de um quadro de classificação e a elaboração de um inventário. No tratamento da Colecção Almarjão procuramos antes de mais compreender a sua estrutura intrínseca, essencial para a elaboração de uma proposta de organização e classificação coerente com as características desta, assim como com as necessidades do AHMC e das pesquisas que podem ser realizadas sobre a Colecção.

Os critérios escolhidos fundamentam-se na necessidade de organizar, descrever e recuperar os documentos e o seu conteúdo, sem nos esquecermos de que estamos perante uma Colecção, cuja criação partiu da vontade individual do seu Coleccionador e que possui

características muito próprias que a diferenciam e afastam de outros acervos documentais que fazem parte do AHMC.

A metodologia de tratamento arquivístico pareceu-nos adequado para o tratamento da Colecção, não só porque esta se encontra à guarda do AHMC, mas também porque nos pareceu a única metodologia que permitiria uma descrição de forma a servir os interesses do Arquivo, dos investigadores e da própria.

A perspectiva de tratamento adoptada parte assim do geral para o particular. Desta forma procuramos compreender a constituição da Colecção na sua diversidade, uma vez que esta é constituída por tipologias documentais e suportes variados. Delimitamos secções temáticas, agrupando os documentos nestas. Procuramos estabelecer uma organização clara e simples.

O trabalho prático efectuado consistiu na criação de um Quadro de Classificação e de um Inventário que servem como referência para o estudo da Colecção.

Reconhecemos, no entanto, ao longo da elaboração deste trabalho a necessidade de uma descrição mais detalha da Colecção, a qual, passará pela descrição peça a peça da documentação.

O futuro catálogo da Colecção Almarjão será a melhor forma de prosseguir o trabalho agora desenvolvido, permitindo aproveitar ao máximo a informação e expor de uma forma mais visível todo o seu potencial, uma vez que esta contém elementos diversos que podem ter tratamento arquivístico, bibliográfico e museológico.

Bibliografia

Bibliografia Geral

ARTIÈRES, Philippe – Arquivar a Própria Vida. [Em linha] [Rio de Janeiro]: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), N.º21 (1998/1) [Consult. 31 Março. 2008]. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/234.pdf>

BARATA, Paulo J.S - Inventário do Arquivo Mouzinho da Silveira. Lisboa: Inst. da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994.

BARATA, Paulo J.S.- Organização de um arquivo pessoal: Arquivo Mouzinho da Silveira: análise de um caso. In *Cadernos BAD*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. N.º2 (1993) 55-67.

BELLOTO, Maria Liberalli - Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. [Em linha] [Rio de Janeiro]: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), N.º21 (1998/1) [Consult. 20 Fev. 2008]. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/246.pdf>

BORGES, Leonor Calvão - Fontes de história local: os espólios e arquivos pessoais nos arquivos municipais; In *Encontro Nacional de Arquivos Municipais*, 3, Guimarães e Viana do Castelo, 1993.

BORGES, Leonor Calvão - A organização e descrição de espólios: estudo de um caso; In *CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS*, 4, Braga, (1992) 262-282.

CARDOSO, Maria Cecília - A Memória e a Pesquisa Nos Arquivos Pessoais do IEB-USP.[Em linha] Seminário Internacional Memória e Cultura: a importância da memória na formação cultural humana 19 a 21 de Setembro de 2006 SESC Vila Mariana [Consult. 20 Out. 2008]. Disponível em: www.sescsp.org.br/sesc/conferencias/trabalhos/Maria_Cecilia_Cardoso.doc

CERAVOLO, Suely Moraes e TÁLAMO, Maria de Fátima – Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. [Em linha] VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da informação 28 a 31 de Outubro de 2007. Salvador. Bahia. Brasil.) [Consult. 30 Out. 2008]. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--012.pdf>

COOK, Terry - Archival Science and Postmodernism: New Formulations for Old Concepts. [Em Linha] *in* Archival Science, vol. 1, no. 1 (2000): 3-24 [Consult. 20 Nov. 2008]. Disponível em: <http://www.mybestdocs.com/cook-t-postmod-p1-00.htm>

COOK, Terry - Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. [Em linha] [Rio de Janeiro]: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), N.º21 (1998/1) [Consult. 20 Fev. 2008]. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/241.pdf>

COOK, Terry - The archival appraisal of records containing personal information: A RAMP study with guidelines. Paris, UNESCO, 1991. (PGI-91/WS/3)

CRISTALDI, Gabriela De Longis (coord.) – Archivi di famiglie e di persone, Roma: Ufficio Centrale per i Beni Archivistici, 1991.

DUCROT, Ariane - A Classificação dos Arquivos Pessoais e Familiares. [Em linha] [Rio de Janeiro]: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), N.º21 (1998/1) [Consult. 20 Fev. 2008] Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/242.pdf>

DURANTI, Luciana - More than Information, other than Knowledge: the nature of archives in the digital Era. [Em linha] Lisboa: Cadernos BAD. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, N.º2 (2003) 6-16. [Consult. 28 Fev. 2008]. Disponível em: <http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno22003/Duranti.pdf>

GARCIA, Maria Madalena – Arquivos Privados: salvaguarda e acesso. In Leituras: Revista da Biblioteca Nacional. Lisboa: BN. N.º 14/15 (2004) 51-57.

GOMES, Angela de Castro - Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. [Em linha] [Rio de Janeiro]: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), N.º21 (1998/1) [Consult. 20 Fev. 2008] Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/240.pdf>

GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita; PEIXOTO, Pedro Abreu - Arquivos de família: organização e descrição. Vila Real: UTAD, 1996.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de – Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. [Em linha] [Rio de Janeiro]: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), N.º21 (1998/1) [Consult. 20 Fev. 2008] Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/238.pdf

MÓNICA, Maria Filomena – Reflexões acerca de arquivos de famílias. In Olhares cruzados entre arquivistas e historiadores: mesas-redondas na Torre do Tombo. Coord. Maria de Lurdes Henriques. Lisboa: IANITI, 2004, pp. 169-172.

MONTOITO, Eugénio - arquivos Particulares, valor e importância – o Exemplo do Arquivo Luís de Almeida Braga. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 6, 1998 – Bibliotecas e arquivos na sociedade da informação: estratégias para o século XXI: comunicações Aveiro: BAD, 2001.

OLCINA, Paulette – The Unesco- ICOM Centre: documentation in the service of the museologist. [Em linha]. In Museums and computers; Museum; Vol.:XXIII, 1, 1971. [Consult. 10 Mar. 2008]. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?se_p=inc&se=Museum&req=2&by=3&sc1=1&look=museum&sc2=1&widen=1&lin=1&gp=1&text=olcina&text_p=inc&submit=%C2%A0%C2%A0Go%C2%A0%C2%A0

PEIXOTO, Pedro Abreu - Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal. [Em linha] Lisboa: Cadernos BAD. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, N.º1 (2002) 76-90. [Consult. 10 Mar. 2008]. Disponível em: <http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno12002/Peixoto.pdf>

PEIXOTO, Pedro Abreu - As Associações Profissionais e o desenho da política nacional de arquivos: os arquivos pessoais e de família. In *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa: BN. S.3, N.º5 (Out. 1999 – Abril 2000) 91-94.

PEIXOTO, Pedro Abreu - As Associações Profissionais e o desenho da política nacional de arquivos: os arquivos de família. In *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN. N.º5 (Out. 1999) 91-94.

PEIXOTO, Pedro Abreu - O valor dos arquivos de família. In *Cadernos BAD*. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, N.º1 (1995) 41-51.

PEIXOTO, Pedro Abreu - Aspectos essenciais para o desenvolvimento de uma política de arquivos privados: os arquivos de família. In *Cadernos BAD*. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, N.º1 (1994) 43-48.

PEIXOTO, Pedro Abreu - Os Arquivos de família. In *Cadernos BAD*. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, N.º1 (1991) 33-44.

PEIXOTO, Pedro Abreu - Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos arquivos de família, Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 1991.

PEIXOTO, Pedro Abreu - Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos fundos dos arquivos de família. Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 1989.

RIBEIRO, Fernanda - O Acesso à Informação nos Arquivos, Lisboa: FCG-FCT, 2003.

RIBEIRO, Renato Janine – Memórias de si, ou... . [Em linha] [Rio de Janeiro]: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), N.º21 (1998/1) [Consult. 31 Mar. 2008]. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/235.pdf

ROSA, Clara Costa - Divulgação de documentos referentes à intimidade da vida privada e familiar de outrem. [Em linha] responsabilidade civil, Documento AFPE, Grupo de Trabalho para os Arquivos de Família e Pessoais. [Consult. 20 Fev. 2008]. Disponível em: http://www.apbad.pt/Downloads/GT_Downloads/documento.pdf

ROSA, Frederico - Arquivo Digital Humberto Delgado. Um caso de divulgação documental pela Internet. [Em linha] Cadernos BAD. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, N.º 2 (2005)57-61. [Consult. 20 Fev. 2008]. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/archive/00011261/>

ROUSSEAU, Jean-Yves e COUTURE, Carol – Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações D.Quixote, 1998.

SANTOS, Vilma Moreira dos, et al. – O tratamento de acervos arquivístico na UFMG: a experiência de organização do Acervo Curt Lange. [Em linha] Proceedings XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação 1, Centro de eventos da PUCRS. [Consult. 10 Set. 2008]. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000823/01/T172.pdf>

SEMINÁRIO “OS ARQUIVOS DO VINHO EM GAIA E PORTO” – LIVRO DE ACTAS, 6 a 7 de Dezembro de 2001. [Em linha]. Disponível em: cepese.up.pt/pdf/9actas.pdf

SEMINÁRIO SOBRE ARQUIVOS DE FAMÍLIA e PESSOAIS. Vila Real, 1997 - Grupo de Trabalho para os Arquivos de Família e Pessoais da B.A.D. (1997).

SILVA, Armando Malheiro da - A Informação: Da Compreensão do Fenómeno à Construção do Objecto. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – Das “ciências” documentais à ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

SILVA, Armando Malheiro da - Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. [Em linha]. In Revista da Faculdade de Letras. CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO, Porto, 2004, I Série vol. III, 55-84. [Consult. 20 Fev. 2008]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4083.pdf>

SILVA, Armando B. Malheiro da – Arquivos de Família e Pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. In Seminário sobre Arquivos de família e

peçoais. Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), Grupo de Trabalho de Arquivos de Família e Peçoais, 1997, p. 51-106.

SILVEIRA, Luís – Os dados peçoais e os arquivos. [Em linha] Lisboa: Cadernos BAD. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, N.º1 (2002) 46-56. [Consult. 10 Mar. 2008]. Disponível em:
<http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno12002/Silveira.pdf>

TARRÊTE, Odile - Un Tesoro escondido: las bibliotecas y los centros de documentación de los museos. [Em linha]. In Museum International, XLIX, 3, 1997, 43-48. [Consult. 10 Mar. 2008]. Disponível em:
http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?se_p=inc&se=Museum&req=2&by=3&sc1=1&look=museum&sc2=1&widen=1&lin=1&gp=1&text=tarrete&text_p=inc&submit=%C2%A0%C2%A0Go%C2%A0%C2%A0

VII ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS. Fundos privados em Arquivos Municipais: Perspectivas e Projectos. 16 de Novembro de 2007. Vila Real.

Estudos sobre a Colecção Almarjão, Carcavelos e o Vinho de Carcavelos

CÂMARA, Luís Manuel da - A quinta da Alagoa em Carcavelos. Cascais: Câmara Municipal, 1989.

CARCAVELOS: BOLETIM INFORMATIVO. Cascais: Junta de Freguesia de Carcavelos.

CARCAVELOS, A VINHA E O VINHO: EXPOSIÇÃO; org. Câmara Municipal de Cascais: Departamento de Cultura e Gabinete de Comunicação e Relações Públicas; textos Ana Duarte Baptista Pereira; rev. Textos João Miguel Henriques e João Pedro Cabral ; trad. Marta Dias e Ana Maia. Cascais: Câmara Municipal, 2005.

CARDOSO, Guilherme; Miranda, Jorge; e TEIXEIRA, Carlos A. - Registo fotográfico de Carcavelos e alguns apontamentos histórico-administrativos. Cascais: Câmara Municipal, 1988.

CONRADO, Júlio - Em Carcavelos, com Fiama. In Boca do Inferno. N° 8 (Jul. 2003) 135-151.

EXPOSIÇÃO VINHOS DE CARCAVELOS, Cascais, 1989 - Museu Condes de Castro Guimarães; coord. e concepção Maria José P. B. Rego de Sousa, Maria de Fátima Lisboa, Maria Teresa Vaz. - [Cascais]: Câmara Municipal - Catálogo da exposição realizada em Fevereiro/Março de 1989.

GARNIER, CHRISTINE - De Carcavelos ao Guincho: a costa dos contrastes. In Cascais e seus Lugares. N.º 7 (Mai. 1955).

MORAIS, Prazeres do Céu - O vinho de Carcavelos: abordagem histórico-geográfica, In Arquivo de Cascais: Boletim Cultural do Município. N° 9 (1990) 263-27.

PEREIRA, Ana Duarte Baptista - A vinha e o vinho em Carcavelos; coord. António Carvalho. Cascais: Câmara Municipal, 2007.

PEREIRA, Ana Duarte Baptista - A vinha e o vinho em Carcavelos: contributos para o seu estudo; coord. António Carvalho. Cascais: Câmara Municipal, 2007.

PRUDÊNCIO, Isabel Maria - Carcavelos: uma abordagem antropológica do espaço vivido. Cascais: Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Carcavelos, 1992.

PRUDÊNCIO, Isabel Maria - Carcavelos: o destino de uma freguesia duplamente periférica. Cascais: Câmara Municipal, In Arquivo de Cascais: Boletim Cultural do Município, N° 7 (1988) 247-266.

VASCONCELOS, J. de Carvalho e - O vinho de Carcavelos. In Anais do Instituto Superior de Agronomia. Lisboa: [s.n.] (vol. IX), 1938.

VASCONCELOS, J. de Carvalho e - Clones de videira da região de Carcavelos. In Anais do Instituto Superior de Agronomia. Lisboa: [s.n.] (vol. IX) 1938.

Normas Arquivísticas

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAAR (CPF): Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias, Segunda Edição: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição. Canberra: Austrália, 27-30 Outubro de 2003. [Em linha]. Conselho Internacional de Arquivos. Paris: França, Maio de 2006 [Consult. 10 Mar. 2008]. Disponível em: <http://www.ica.org/sites/default/files/ISAAR2-PT.pdf>

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição. Estocolmo: Suécia, 19-22 Setembro de 1999. [Em linha]. Conselho Internacional de Arquivos; Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2ªed. Lisboa: IAN/TT, 2004. [Consult. 10 Mar. 2008]. Disponível em: [http://portal.ipl.pt/pls/portal/docs/PAGE/ISEL_ARCHIVE/SERVICOS/SDP/ARQUIVO/ISAD\(G\)-2002.PDF](http://portal.ipl.pt/pls/portal/docs/PAGE/ISEL_ARCHIVE/SERVICOS/SDP/ARQUIVO/ISAD(G)-2002.PDF)

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAF: Norma Internacional sobre atividades/funções de entidades coletivas: Elaborada pelo Comité de Boas Práticas e Normas Profissionais. [Em linha]. Conselho Internacional de Arquivos. Paris: França, Maio de 2006 [Consult. 10 Mar. 2008]. Disponível em: http://www.ica.org/sites/default/files/ISAF_POR.pdf

PORTUGAL. Instituto de arquivos Nacionais/torre do Tombo - Orientações para a descrição arquivística. Lisboa: IAN/TT, 2005.

PORTUGAL. Instituto de arquivos Nacionais/torre do Tombo – MANUAL PARA A GESTÃO DE DOCUMENTOS. Lisboa: IAN/TT, 1998.

PORTUGAL. INSTITUTO DA BIBLIOTECA NACIONAL E DO LIVRO - DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, Lisboa: Inst. da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

PORTUGAL. INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE – NORMA PORTUGUESA NP 4438-1: Informação e documentação: gestão de documentos de arquivo – Parte 1: Princípios directores, Caparica: IPQ, 2005.

PORTUGAL. INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE – NORMA PORTUGUESA NP 4438-2: Informação e documentação: gestão de documentos de arquivo – Parte 2: Recomendações de aplicação, Caparica: IPQ, 2005

PORTUGAL. INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE – NORMA PORTUGUESA NP 4041: Informação e documentação: Terminologia arquivística: Conceitos básicos, Caparica: IPQ, 2005.

Apêndices

Apêndice A

Quadro de Classificação

COL CALM - Colecção Almarjão

- SC A - Vitivinicultura
- SC B - Quintas produtoras de vinho
 - SSC A - Quinta da Corriola
 - SSC B - Quinta do Barão
 - SSC C - Quinta Nova de Santo António
 - SSC D - Quinta da Alagoa
 - SSC E - Quinta da Torre da Aguilha
 - SSC F - Quinta do Junqueiro
 - SSC G - Quinta dos Lombos
 - SSC H - Quinta do Lameiro
 - SSC I - Quinta das Encostas
 - SSC J - Quinta do Marquês de Pombal
 - SSC K - Quinta de Rana
 - SSC L - Quinta da Ordem
 - SSC M - Quinta da Terrugem
 - SSC N - Quinta dos Pesos
 - SSC O - Quinta da Fonte da Aldeia
 - SSC P - Quinta de São Gonçalo
 - SSC Q - Quinta da Cartaxeira
 - SSC R - Propriedades não identificadas
- SC C - Famílias e Personalidades
 - SSC A - Família Cruz Sobral
 - SSC B - Família Lavre
- SC D - Urbanismo
- SC E - Serviços, Comércio e Indústria
- SC F - Fortes e Assuntos Militares
 - SSC A - Forte de São Julião
 - SSC B - Forte do Bugio
 - SSC C - Forte de Santo Amaro
 - SSC D - Forte de Santo António da Barra

SSC E - Forte de Catalazete

SSC F - Forte do Junqueiro

SC G - Igreja e Religião

SC H - Saúde e Acção Social

SC I - Desporto e Lazer

SC J - Movimentos e Partidos Políticos

SC K - Junta de Freguesia de Carcavelos

Apêndice B

Registo de Entidade

Arquivo FRD

PSTipo de Entidade:Pessoa Singular

Forma Autorizada do Nome:Silva, José Maria da Costa e

Formas Paralelas do Nome:José Maria da Ponte e Horta Gavazzo da Fonseca Magalhães da Costa e Silva

Outras Formas do Nome:Almarjão

Datas de Existência:Data Inicial: 1920-01-03

História:Fundou em 1956 a Livraria Histórica Ultramarina (Lisboa). Colaborou com o Arquivo de Bibliografia Portuguesa, o Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris, a revista A Arte de Ex-Libris e a revista espanhola La Libreria Antiquària. Organizou em 1986, por ocasião do XVII Congresso Internacional das Ciências Genealógica Heráldica, realizado em Lisboa, uma exposição de cerca de cinquenta cartas de brasão. Em 1990 foi distinguido pelo Presidente da República com o Grande Oficialato da Ordem do Infante D. Henrique.

Lugares:Natural de Lisboa. Residente em Carcavelos

Funções, Ocupações e Actividades:Livreiro- alfarrabista, Investigador e Coleccionador

Estruturas Internas / Genealogia:Filho de Luís do Rego Barreto da Fonseca Magalhães Pereira Leite da Costa e Silva (Conde de Almarjão) e de Júlia Cândida do Couto Valente da Ponte e Horta Romano Gavazzo.

Data de Criação:2008-07-19

Línguas e Escritas:Português

Fontes:Carcavelos, a vinha e o vinho : exposição. Cascais : Câmara Municipal, 2005. 21, [2] p.

Apêndice C

Inventário da Colecção Almarjão

Arquivo FRD

COLCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM

Título:Colecção Almarjão

Data de Produção Inicial:1610

Data de Produção Final:2004

Nível de Descrição:Colecção

Extensão/Dimensão:c. 2,80 m.l. [1715 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 28 Tipo: Cx.

Quantidade: 1 Tipo: Arq. doc. grande formato

Suporte:Papel, Vidro, Pergaminho, Metal, Cerâmica, Cartão e Cristal

Menções de Responsabilidade:Silva, José Maria da Costa e

História Custodial e Arquivística:A colecção resulta de aquisições realizadas ao longo de vários anos por José Maria da Costa e Silva (Almarjão) reunido «um acervo muito completo, cujo valor reside não só nas espécies em si, mas enquanto conjunto, e que dificilmente poderá ser encontrado de outra maneira». Alguns dos documentos foram adquiridos directamente aos herdeiros dos antigos proprietários das quintas de Carcavelos.

Fonte Imediata de Aquisição ou Transferência:

Forma: Compra

Data: Fevereiro de 2005

Âmbito e Conteúdo:Colecção que abrange cinco séculos da história de Cascais, com particular destaque para a história da região de Carcavelos, nomeadamente para a produção de vinho aí efectuada.

Sistema de Organização:Critério Temático, Critério Alfabético e Critério Cronológico

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Idioma/Escrita:Português, Latim, Francês, Inglês, Castelhana, Russo e Alemão. Estado de

Conservação:Razoável

Fontes e Bibliografia:

- Pereira, Ana Duarte Baptista - A vinha e o vinho de Carcavelos : contributos para o seu estudo. Cascais: Câmara Municipal, 2007. 199 p.. ISBN 978-972-637-175-5

- Pereira, Ana Duarte Baptista - A vinha e o vinho em Carcavelos. Cascais : Câmara Municipal, 2007. 67 p.. ISBN 978-972-637-174-8

- Carcavelos, a vinha e o vinho : exposição. Cascais : Câmara Municipal, 2005. 21, [2] p.

- Exposição Vinhos de Carcavelos, Cascais, 1989 - Vinhos de Carcavelos : exposição. [Cascais] : Câmara Municipal, D. L. 1989. 35 p.

Notas do(s) Arquivista(s): A colecção foi utilizada em exposições. Confira Bibliografia.

Regras ou Convenções:DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - Orientações para a descrição arquivística. 2.^a v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

Notas Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC Data: 2008-07-19

Arquivo FRD

SCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/A

Título:Vitivinicultura

Data de Produção Inicial: 1772

Data de Produção Final: 2004

Nível de Descrição:Secção

Extensão/Dimensão:c. 0,77 m. l. [154 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 7 Tipo: Cx.

Quantidade: 1 Tipo: Arq. doc. grande formato

Suporte:Papel, Metal, Cerâmica. Cristal e Vidro

Âmbito e Conteúdo:Produção, distribuição e comercialização do vinho de Carcavelos.

Sistema de Organização:Critério Temático

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 1 a 7 e gaveta

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-19

Arquivo FRD

SCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B

Título:Quintas produtoras de vinho

Data de Produção Inicial:1610

Data de Produção Final:2001

Nível de Descrição:Secção

Extensão/Dimensão:c. 0,55 m.l. [392 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 5 Tipo: Cx.

Quantidade: 1 Tipo: Arq. doc. grande formato

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo:Administração das propriedades dedicadas à produção do vinho de Carcavelos, com destaque para a aquisição de terrenos.

Sistema de Organização:Critério Temático

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 8 a 11, 27 e gaveta

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-19

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B-A

Título:Quinta da Corriola

Data de Produção Inicial:1771

Data de Produção Final:1965

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [90 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Administração da propriedade, sendo de destacar os documentos financeiros, jurídicos e a correspondência com rendeiros.

Sistema de Organização: Critério Temático e Critério Cronológico

Estatuto Legal: Documentação Pública

Condições de Acesso: Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução: Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx 8

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B-B

Título:Quinta do Barão

Data de Produção Inicial:1897

Data de Produção Final:2003

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [27 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Quantidade: 1 Tipo: Arq. doc. grande formato

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Escritura de doação datada de 1897, num conjunto onde predominam recortes de imprensa sobre vários assuntos relativos à administração da propriedade, entre os quais destacamos a produção de vinho, a compra da propriedade pela Câmara Municipal de Cascais e a sua classificação como Imóvel de Interesse Público.

Sistema de Organização:Critério Temático e Critério Cronológico

Estatuto Legal: Documentação Pública

Condições de Acesso: Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução: Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 8 e gaveta

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B-C

Título:Quinta Nova de Santo António

Data de Produção Inicial:1862

Data de Produção Final:2001

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [114 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 2 Tipo: Cx.

Quantidade: 1 Tipo: Arq. doc. grande formato

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Documentação variada , nos assuntos e nas tipologias, que exemplifica bem as diversas utilizações que a propriedade possuiu ao longo do tempo. Desde a produção de vinho à sua utilização como sede da empresa do cabo submarino e mais recentemente como equipamento escolar sob alçada do colégio Saint Julian's. Local de destacado dinamismo social, cultural e desportivo até meados do século XX.

Sistema de Organização:Critério Temático e Critério Cronológico

Estatuto Legal: Documentação Pública

Condições de Acesso: Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução: Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 9 e 27 e gaveta

Notas do(s) Arquivista(s): Outras designações: Auinta da Lobeira, Quinta dos Inlgeses

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B-D

Título:Quinta da Alagoa

Data de Produção Inicial:1763

Data de Produção Final:1995

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [76 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Administração da propriedade ao longo do tempo, com grande incidência para recortes de imprensa e folhetos que retratam várias actividades que tiveram como centro a quinta, bem como projecto urbanísticos que a envolveram.

Sistema de Organização:Critério Temático e Critério Cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Fontes e Bibliografia: Câmara, Luís Manuel da - A quinta da Alagoa em Carcavelos.

Cascais: Câmara Municipal, 1989.

Notas:Localização: Cx. 10

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B-E

Título:Quinta da Torre da Aguilha

Data de Produção Inicial:1926

Data de Produção Final:2000

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [22 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Recortes de imprensa e folhetos, na sua maioria relacionados com a implantação do Instituto Superior Missionário do Espírito Santo nos terrenos da propriedade.

Sistema de Organização:Critério Temático e Critério Cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 10

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B-F

Título:Quinta do Junqueiro

Data de Produção Inicial:1951

Data de Produção Final:1975

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [5 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Recorte de imprensa

Sistema de Organização: Critério Temático e Critério Cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 10

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B-G

Título:Quinta dos Lombos

Data de Produção Inicial:1764

Data de Produção Final: 2004

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [4 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Administração da propriedade, com destaque para recibos de foros e recortes de imprensa.

Sistema de Organização: Critério Temático e Critério Cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 10

Notas do(s) Arquivista(s): Data final inferida

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B-H

Título:Quinta do Lameiro

Data de Produção Inicial:1825

Data de Produção Final:1965

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [4 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Administração da propriedade e recortes de imprensa.

Sistema de Organização:Critério Temático e Critério Cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 10

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B-I

Título:Quinta das Encostas

Data de Produção Inicial: s.d.

Data de Produção Final: s.d.

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [2 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Recortes de imprensa

Sistema de Organização:Critério Temático e Critério Cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 10

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B-J

Título:Quinta do Marquês de Pombal

Data de Produção Inicial: s.d.

Data de Produção Final: 1995

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [3 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Recortes de imprensa do “Archivo Pittoresco” onde é contada a história da quinta.

Sistema de Organização:Critério Temático e Critério Cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 10

Notas do(s) Arquivista(s): Data final inferida

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B-K

Título:Quinta de Rana

Data de Produção Inicial: 1985

Data de Produção Final: 1985

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [2 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Folheto e envelope com logotipo.

Sistema de Organização:Critério Temático e Critério Cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 10

Notas do(s) Arquivista(s): Datas inferidas

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B-L

Título:Quinta da Ordem

Data de Produção Inicial: 1669

Data de Produção Final: 1669

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [9 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Escritura de venda e anotação.

Sistema de Organização:Critério Temático e Critério Cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 11

Notas do(s) Arquivista(s): Datas inferidas

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B-M

Título:Quinta da Terrugem

Data de Produção Inicial: 1994

Data de Produção Final: 1994

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [1 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Recorte de imprensa

Sistema de Organização:Critério Temático e Critério Cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 11

Notas do(s) Arquivista(s): Datas inferidas

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B-N

Título:Quinta dos Pesos

Data de Produção Inicial: 1999

Data de Produção Final: 1999

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [1 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Recorte de imprensa

Sistema de Organização:Critério Temático e Critério Cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 11

Notas do(s) Arquivista(s): Datas inferidas

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B-O

Título:Quinta da Fonte da Aldeia

Data de Produção Inicial: 1679

Data de Produção Final: 1679

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [2 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Escritura de venda

Sistema de Organização:Critério Temático e Critério Cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 11

Notas do(s) Arquivista(s): Data do único documento. Outras designações: Quinta de Paulo Jorge

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B-P

Título:Quinta de São Gonçalo

Data de Produção Inicial: 1805

Data de Produção Final: 1891

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [4 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Conjunto de manuscritos.

Sistema de Organização:Critério Temático e Critério Cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 11

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B-Q

Título:Quinta da Cartaxeira

Data de Produção Inicial: 1884

Data de Produção Final: 1902

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [5 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Recortes de imprensa relacionados com o comércio de vinho e anotações.

Sistema de Organização:Critério Temático e Critério Cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 11

Notas do(s) Arquivista(s): Data final inferida

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/B-R

Título:Propriedades não identificadas

Data de Produção Inicial: 1610

Data de Produção Final: 1908

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [20 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Administração de propriedades com destaque para compras e partilhas.

Sistema de Organização:Critério Temático e Critério Cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 11

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/C

Título:Famílias e Personalidades

Data de Produção Inicial:1754

Data de Produção Final:1970

Nível de Descrição:Secção

Extensão/Dimensão: c. 90 m.l. [421 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 9 Tipo: Cx.

Quantidade: 3 Tipo: Liv.

Quantidade: 1 Tipo: Arq. doc. grande formato

Suporte:Papel, Pergaminho, Vidro e Madeira

Âmbito e Conteúdo:Famílias com ligações a Cascais e em especial a Carcavelos. Maioritariamente composta por recortes de imprensa e anotações para a elaboração de genealogias. Destaque-se as famílias Cruz Sobral e Lavre, as quais, pela documentação que lhes está associada merecem destaque.

Sistema de Organização:Critério Alfabético e Critério Cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 12 a 18, armário e gaveta

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-19

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/C-A

Título:Família Cruz Sobral

Data de Produção Inicial:1762

Data de Produção Final:1970

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [141 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 4 Tipo: Cx.

Quantidade: 1 Tipo: Arq. doc. grande formato

Quantidade: 3 Tipo: Liv.

Suporte:Papel, Vidro, Pergaminho e Madeira

Âmbito e Conteúdo: Documentação de carácter financeiro, administrativo e geneológico, bem como fotografias de membros da família, livros e outros objectos.

Sistema de Organização: Critério Cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 14 a 17, armário e gaveta

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/C-B

Título:Família Lavre

Data de Produção Inicial:1754

Data de Produção Final:1945

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [13 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Manuscritos antigos sobre testamentos e sentenças; anotações do colocionador sobre genealogias.

Sistema de Organização:Critério Cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 18

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/D

Título:Urbanismo

Data de Produção Inicial: 1765

Data de Produção Final: 2004

Nível de Descrição:Secção

Extensão/Dimensão: c. 0, 15 m.l. [153 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 3 Tipo: Cx.

Quantidade: 1 Tipo: Arq. doc. grande formato

Suporte: Papel

Âmbito e Conteúdo: Folhetos e recortes de imprensa relativos ao desenvolvimento urbanístico de Cascais, com particular relevância para a área da freguesia de Carcavelos, designadamente ao nível da obras públicas projectadas e realizadas.

Sistema de Organização:Critério Temático

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 19, 20, 27 e gaveta.

Notas do(s) Arquivista(s): Data inicial inferida

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/E

Título:Serviços, Comércio e Indústria

Data de Produção Inicial:1883

Data de Produção Final:1991

Nível de Descrição:Secção

Extensão/Dimensão: c. 0, 15 m.l. [49 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 2 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Recortes de imprensa e folhetos que reportam actividades económicas existentes em Carcavelos.

Sistema de Organização:Critério Temático

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 21 e 27

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-19

Arquivo FRD

SCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/F

Título:Fortes e Assuntos Militares

Data de Produção Inicial:1800

Data de Produção Final:1997

Nível de Descrição:Secção

Extensão/Dimensão: c. 0,50 m.l. [186 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 4 Tipo: Cx.

Quantidade: 1 Tipo: Arq. doc. grande formato

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo:Administração de fortificações da costa de Cascais e Oeiras.

Destacam-se os inventários do material bélico.

Sistema de Organização:Critério Temático

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 22, 23, 27, 28 e gaveta

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-19

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/F-A

Título:Forte de São Julião

Data de Produção Inicial:1800

Data de Produção Final:1997

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [95 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 2 Tipo: Cx.

Quantidade: 1 Tipo: Arq. doc. grande formato

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Gestão do forte até cerca de 1900, aoao nível de pessoal, material bélico e prisioneiros. Recortes de imprensa sobre a história do forte e anotações.

Sistema de Organização:Critério Temático

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 22, 27 e gaveta

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/F-B

Título:Forte do Bugio

Data de Produção Inicial:1803

Data de Produção Final:1996

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [38 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 3 Tipo: Cx.

Quantidade: 1 Tipo: Arq. doc. grande formato

Suporte:Papel e Metal

Âmbito e Conteúdo: Admistração de pessoal e material de guerra, recortes de imprensa e anotações.

Sistema de Organização:Critério Temático

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 22, 23, 27, 28 e gaveta

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/F-C

Título:Forte de Santo Amaro

Data de Produção Inicial:1978

Data de Produção Final:1978

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [1 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Recortes de imprensa.

Sistema de Organização:Critério Temático

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 22

Notas do(s) Arquivista(s): Datas inferidas

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/F-D

Título:Forte de Santo António da Barra

Data de Produção Inicial:1988

Data de Produção Final:1988

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [1 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Recortes de imprensa.

Sistema de Organização:Critério Temático

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 22

Notas do(s) Arquivista(s): Datas inferidas

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/F-E

Título:Forte de Catalazete

Data de Produção Inicial:1849

Data de Produção Final:1849

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [1 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Recortes de imprensa.

Sistema de Organização:Critério Temático

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 22

Notas do(s) Arquivista(s): Datas inferidas

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/F-F

Título:Forte do Junqueiro

Data de Produção Inicial:1803

Data de Produção Final:1803

Nível de Descrição:Subsecção

Extensão/Dimensão: [1 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Manuscrito sobre a administração do forte.

Sistema de Organização:Critério Temático

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 22

Notas do(s) Arquivista(s): Datas inferidas

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-30

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/G

Título:Igreja e Religião

Data de Produção Inicial:1921

Data de Produção Final:1999

Nível de Descrição:Secção

Extensão/Dimensão: 0,13 m.l. [75 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 2 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Recortes de imprensa, folhetos e apontamentos referentes a várias entidades, tais como a Paróquia de Carcavelos, a Igreja de São Domingos de Rana e a Igreja Evangélica.

Sistema de Organização:Critério Temático

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 24 e 27

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-19

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/H

Título:Saúde e Acção Social

Data de Produção Inicial:1899

Data de Produção Final:2001

Nível de Descrição:Secção

Extensão/Dimensão: 0,13 m.l. [42 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 2 Tipo: Cx.

Quantidade: 1 Tipo: Arq. doc. Grande formato

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Recortes de imprensa relacionados com o Sanatório Marítimo e com os Bombeiros voluntários de Carcavelos.

Sistema de Organização:Critério Temático

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 24, 27 e gaveta

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-19

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/I

Título:Desporto e Lazer

Data de Produção Inicial:1871

Data de Produção Final:2001

Nível de Descrição:Secção

Extensão/Dimensão: 0,15 m.l. [153 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 3 Tipo: Cx.

Suporte:Papel e Metal

Âmbito e Conteúdo: Recortes de imprensa e folhetos relacionados com a prática de modalidades desportivas, teatro e cinema na área de caravelos. De salientar a influência da comunicade inglesa de Caravelos, na difusão de alguns desportos, como o futebol, no início do século XX.

Sistema de Organização:Critério Temático

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Razoável

Notas:Localização: Cx. 25, 27 e 28

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-19

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/J

Título:Movimentos e Partidos Políticos

Data de Produção Inicial:1976

Data de Produção Final:2004

Nível de Descrição:Secção

Extensão/Dimensão: 0,11 m.l. [56 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Folhetos de organizações e partidos políticos com expressão na área de Cascais e com especial incidência na freguesia de Carcavelos.

Sistema de Organização:Critério Temático e cronológico

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Bom

Notas:Localização: Cx. 26

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-19

Arquivo FRD

SSCCódigo de Referência:PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/K

Título:Junta de Freguesia de Carcavelos

Data de Produção Inicial:1975

Data de Produção Final:2004

Nível de Descrição:Secção

Extensão/Dimensão: 0,10 m.l. [34 doc.]

Quantidade de Unidades de Instalação:

Quantidade: 1 Tipo: Cx.

Suporte:Papel

Âmbito e Conteúdo: Actividades da Junta de Freguesia de Carcavelos

Sistema de Organização:Critério Temático

Estatuto Legal:Documentação Pública

Condições de Acesso:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Condições de Reprodução:Constantes do regulamento interno (art.º 16).

Estado de Conservação:Bom

Notas:Localização: Cx. 26

Notas de Descrição:Intervenção: Criado por

Nome do Arquivista: ESC

Data: 2008-07-19